

ESCRITOS DE VITÓRIA
VOLUME 32

Patrimônio Cultural



ACADEMIA ESPÍRITO-SANTENSE DE LETRAS

Francisco Aurelio Ribeiro (Presidente)
Ester Abreu Vieira de Oliveira (1º Vice-Presidente)
Matusalém Dias de Moura (1º Secretário)
Anaximandro Oliveira S. Amorim (1º Tesoureiro)

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - PREFEITURA DE VITÓRIA

Luciano Santos Rezende (Prefeito Municipal)
Sérgio Sá Freitas (Vice-Prefeito)
Francisco Amálio Grijó (Secretário Municipal de Cultura)
Leliane Krohling Vieira (Subsecretária)
Elizete Terezinha Caser Rocha (Coordenadora da Biblioteca Municipal Adelpho Poli Monjardim)

ESCRITOS DE VITÓRIA
VOLUME 32

Patrimônio Cultural

SEMC

Vitória (ES)
Prefeitura Municipal de Vitória
Secretaria de Cultura
2018

Copyright © Prefeitura Municipal de Vitória, 2018

CONSELHO EDITORIAL

ADILSON VILAÇA • ESTER ABREU VIEIRA DE OLIVEIRA • FRANCISCO AURELIO RIBEIRO
ELIZETE TEREZINHA CASER ROCHA • GETÚLIO MARCOS PEREIRA NEVES

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO: FRANCISCO AURELIO RIBEIRO
CAPA E EDITORAÇÃO: DOUGLAS RAMALHO
IMPRESSÃO: GRÁFICA E EDITORA FORMAR
FOTO CAPA: MARCELO CARVALHO
IMAGENS: ARQUIVOS PMV, APES E ARQUIVOS PESSOAIS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Municipal Adelpho Poli Monjardim (Vitória/ES)

P314 Patrimônio cultural / Academia Espírito-Santense de Letras (Org.) -- Vitória:
Secretaria Municipal de Cultura, 2018.
114 p. ; 21 cm. – (Escritos de Vitória, 32).

ISBN 9788595860667

1. Patrimônio cultural – Crônicas, poesias, ensaios - Vitória (ES). 2.
Literatura brasileira – Vitória (ES). I. Vitória (ES). Secretaria Municipal de
Cultura. II. Academia Espírito-Santense de Letras. III. Série.

CDD 981.52
B869.852

Distribuição Gratuita. Venda Proibida.
Biblioteca Municipal de Vitória “Adelpho Poli Monjardim”
bmvitoria@correio1.vitoria.es.gov.br
55 27 3381.6926

Sumário

Patrimônio cultural nos Escritos de Vitória.....	9
Apresentação.....	11
Prefácio.....	13
Escola Maria Ortiz.....	15
<i>Adilson Vilaça</i>	
Penedo, oh meu Penedo.....	18
<i>Adriano de Oliveira</i>	
Aplausos no Carlos Gomes.....	20
<i>Ana Maria Quirino</i>	
O “Santa Clara”: a incrível história do palácio que desapareceu.....	22
<i>Anaximandro de Oliveira Santos Amorim</i>	
Elvirinha, o traste e a neve verde.....	25
<i>Anne Mahin</i>	
Viva São Benedito!!! ... Vivo!!!.....	28
<i>Bartolomeu Boeno de Freitas</i>	
Respingos culinários e artesanais.....	31
<i>Cacau Monjardim</i>	
Patrimônio Cultural de Vitória.....	34
<i>Denise Moraes</i>	
Canção aos Patrimônios de Vitória.....	36
<i>Ester Abreu Vieira de Oliveira</i>	

Ponte Florentino Avidos: a primeira grande ponte de Vitória.....	39
<i>Eduardo Baunilha</i>	
Agenda Vitoriense.....	41
<i>Fernando Achiamé</i>	
A Academia Espírito-santense de Letras: patrimônio cultural capixaba....	44
<i>Francisco Aurelio Ribeiro</i>	
Literatura como Patrimônio Cultural.....	49
<i>Getúlio Marcos Pereira Neves</i>	
Theatro Carlos Gomes, nosso precioso patrimônio.....	53
<i>Gracinha Neves</i>	
Através da Ponte.....	64
<i>Ítalo Campos</i>	
Lohengrin e outras valsinhas ao eterno.....	68
<i>Italo Samuel Wyatt</i>	
Alheamento dos moradores com relação ao patrimônio histórico do próprio estado.....	70
<i>Jô Drummond</i>	
Reta da Penha.....	74
<i>Joana D'Arc Batista Herkenhoff</i>	
Patrimônio Cultural.....	76
<i>José Augusto Carvalho</i>	
Duas palmeiras em uma.....	79
<i>José Irmo Gonring</i>	
Curva da Jurema em três atos.....	80
<i>José Vandir Nunes</i>	
Para Regina.....	84
<i>Máira Cabral Piccin</i>	

Petrimônio.....	86
<i>Marcos Tavares</i>	
XL.....	92
<i>Maria do Carmo Conopca</i>	
O Patrimônio cultural de Vitória precisa de mais atenção.....	97
<i>Manoel Goes Neto</i>	
Nos tempos da livraria Âncora.....	100
<i>Matusalém Dias de Moura</i>	
Panelleiras Capixabas.....	103
<i>Quitilane Pinheiro dos Santos</i>	
Santa Igreja de Nossa Senhora dos Homens Pretos.....	104
<i>Rodrigo Dantas</i>	
O Patrimônio Cultural Vitória: relações entre história, cultura e artes...105	
<i>Roney Jesus Ribeiro</i>	
Palácio Anchieta.....	109
<i>Sônia Maria Barreto</i>	

Patrimônio cultural nos Escritos de Vitória

Antes mesmo de assumir a Prefeitura de Vitória, pontuamos vários compromissos com a população, que nos confiou a honrosa tarefa de liderar a cidade, entre eles o de sempre valorizar os artistas locais. Isso vale, por exemplo, para músicos, atores, artistas, bandas e escritores.

E é com muito orgulho que a PMV apoia a Coleção Escritos de Vitória, uma forma de mostrar a importância desse momento para a cultura local e de valorizar ainda mais quem produz arte e literatura na cidade.

Chegamos à 32ª edição que traz o tema “Patrimônio cultural”. A nossa gestão compartilhada valoriza a cultura.

Apoiar a Coleção Escritos de Vitória é resgatar a memória de um passado cultural e literário da cidade que muitas vezes se encontra em pequenos fragmentos na lembrança de cada morador da cidade.

Boa leitura!

Luciano Rezende
Prefeito de Vitória

Apresentação

Numa conversa informal com um querido amigo – há quantos anos? –, deparamo-nos, ambos, com uma questão que intriga boa parte do habitante da ilha: na comarca cultural, o que há de patrimonial na cidade do qual o capixaba pode-se orgulhar? Uma pergunta tão tola quanto necessária, já que é por conta dela que se pode responder o óbvio. E como somente os profetas enxergam o óbvio – já dizia o enormíssimo escritor Nelson Rodrigues –, aí vai a resposta, transformada em livro, tanto tempo depois. Não que essa resposta não pudesse ser concedida de imediato, às claras, evidente. Claro que podia, mas trazê-la à superfície em forma de livro – registro eternizado por vários representantes dessa mesma ilha – é algo tão saboroso quanto uma moqueca fumegando numa panela de barro. Aliás, são elas, as panelas, o primeiro bem imaterial registrado pelo IPHAN, há 16 anos.

Sim, mas patrimônio imaterial não parece algo contraditório, já que nos acostumamos a imaginar o vocábulo patrimônio como algo materializado, tátil, sensível ao toque? Cacau Monjardim, célebre jornalista e habitante insular, mostrou-se reverente às panelas e a seus possíveis conteúdos. A professora Quitilane, lá na página 103 do patrimônio que é este livro, mostra também sua homenagem. Em seguida, um texto esclarecedor, escrito à precisão: o também pesquisador Roney Jesus Ribeiro quase fecha o livro com um exercício metalinguístico: numa deliciosa crônica bem articulada, explica ao leitor interessado quais as diferenças entre os patrimônios material e material.

O livro está repleto: de várias formas, tamanhos e linguagens, os textos aqui expostos nada mais são do que consequência daquilo

que o patrimônio evoca no artista da palavra. Reverentes, observam a cidade e o que nela se introduz e se perpetua. Fala-se de quase tudo: monumentos, museus, praças, escolas, teatro, manifestações religiosas, arte, culinária, homenagens poéticas, pontes e por aí vai. Ou vamos, porque assim se faz o patrimônio: juntos, diante da preservação e da reverência porque ele, o Patrimônio, com inicial maiúscula, ficará para sempre, eterno em sua substância e natureza. Nós, efêmeros e anônimos, não.

Francisco Grijó
Secretário de Cultura da PMV

Prefácio

A série “Escritos de Vitória” foi lançada em 1993 pela Prefeitura Municipal de Vitória, na gestão do prefeito Paulo Hartung e do Secretário de Cultura Joaquim Beato. Em sua primeira fase, durou 21 anos e lançou 23 edições até 2004, cujo tema foi “Olhar forasteiro”. O idealizador das coleções e coordenador editorial era o professor e jornalista Adilson Vilaça. Convidado para fazer parte do conselho editorial da AEL, o ex-coordenador das coleções não só aceitou como sugeriu o tema para os “Escritos de Vitória” 24, “Rádio”, que estava previsto desde antes.

A partir de 2007, um convênio da PMV com a Academia Espírito-santense de Letras permitiu a retomada de algumas dessas coleções. Assim, foram publicados, naquele ano, quatro livros na coleção Roberto Almada (“Escritores), três livros na coleção José Costa (“Memória”) e uma publicação da coleção “Escritos de Vitória”, cujo tema foi “Rádio”. O convênio foi retomado em 2008 e nove livros foram publicados, dentre os quais o vol. 25 da coleção “Escritos de Vitória”, com o tema “Cidade Sol”. O mesmo ocorreu em 2009, quando foi publicado o vol. 26 “Cidade Ilha”; em 2010, saiu o vol. 27, “Pontes”; em 2012, o vol.28, “Vitória:461 anos”; em 2014, o vol. 29 foi sobre “Festas populares”, em 2015, o 30º homenageava os “Sabores da ilha” e em 2017 o 31º foi “Praias”.

Nestes 25 anos de existência, a série “Escritos de Vitória” permitiu a centenas de escritores capixabas se manifestarem, por escrito, em prosa ou em verso, sob a forma de conto, crônica, poema ou ensaio, suas visões de mundo sobre nossa encantadora ilha, capital de um pequeno grande estado há 467 anos.

Apesar da crise financeira, social, política, por que passamos, a Secretaria de Cultura da PMV conseguiu viabilizar o convênio com a

Academia Espírito-santense de Letras, parado em 2014, para dar sequência à publicação de suas séries de livros criadas há 25 anos, talvez porque a sociedade reconheça o valor e a importância dessas obras, que já homenagearam personalidades, logradouros, feiras, parques, escolas, monumentos, praias. Agora, os escritores capixabas foram convidados a se manifestar sobre o patrimônio cultural de Vitória. Uma chamada pública foi feita pelas redes sociais, pela imprensa e trinta escritores com idades e formações diferenciadas atenderam à solicitação e aí seguem seus textos de diferentes modalidades literárias e visões de mundo para sua apreciação. Não excluimos ninguém. Também não indicamos o que é patrimônio cultural. Cada escritor teve liberdade para se manifestar sobre o tema e cabe ao leitor fazer seu julgamento e sua apreciação.

Boa leitura!

Prof. Dr. Francisco Aurelio Ribeiro
Presidente da AEL

Escola Maria Ortiz

ADILSON VILAÇA

Escritor, jornalista e professor. Pertence à AEL, cadeira 13.

Muito, muito, mas muito antes mesmo,
em distantes tempos ora recolhidos à História,
quando o acaso inda fabulava destinos a esmo,
um mapa do tesouro soletrando a palavra Vitória,
pirateado, inscreveu-se na lavra da memória.

Quem não se lembra de Pieter Pieterszoon?
Se não dele, como esquecer-se de Maria Ortiz?
Ou da luta, seu enredo, de tanto zunzunzum,
com sempre ponto a mais em boca que a diz?
Os piratas holandeses, em furioso descaminho,
sem bússola que os achasse em rumo alheio,
enladeirados, tortuosos, enveredaram rumo ao Pelourinho.

Lá, tão súbita a subida, nela não havia, largado ao meio,
drummondiano solecismo para fatigar o caminho.
Não tinha pedra, mas havia amotinado coração!
No meio, tinha a Maria Ortiz — seu tino que interveio.

Havia a heroína Ortiz, e sua inolvidável lição:
tinhas e tonéis ferventes, para desagradável aflição,
despejadas na armadura da invulnerável guarnição,
aos piratas naufragariam em inapelável rendição.

Escoou-se um século, e outro... o XIX e o XX:
no penúltimo a fundação, já noutro, o seguinte,
o esplendor da Escola, em aprimorado requinte,
instruiria Vitória, recordando a derrota do acinte.

A Escola Maria Ortiz, seu convés a navegar o horizonte,
ancorou-se, no primeiro batismo, como Ateneu Provincial.
Depois, matriculada no século logo defronte,
receberia o título de D. Pedro II, na era da Escola Normal.

Encarapitada na Ilha de Vitória, no monte do comando principal,
na Cidade Alta, em sua sina e saga, em pose de imperatriz,
como não ornamentá-la com o feito de Maria Ortiz?

Estendeu-se, sua planta assobradada,
espargando a sombra de central pavilhão
alteados dois pavimentos na principal fachada
— por desvario topográfico do canteiro de seu chão,
três pisos de altura ordenaram-se na assoalhada.

De seu estilo eclético, destaca-se como em aceno
voos de janelas térreas em vãos com verga de arco pleno
emoldurado por cercadura em argamassa trabalhada.

No assoalho superior, sua ventania bem projetada,
por guarda-corpo em ferro lavrado, colhendo sol e sereno,
rasgam-se janelas protegidas, para navegação da mirada.

A feição do frontispício, encaixilhada em cunhais e cornija,
revela relevos horizontais que retraçam sua carne rija.

Varanda de pedra que à carne deu abrigo,
esparramando-a ao redor de sua platibanda,
e desde gesto tão antigo, perpetrou-se como oráculo,
diário, para toda derme que anda no humano espetáculo
de unir “Ciência” às “Artes”, sob o amigo saber do vernáculo.

Amparo das “LETRAS”, desde a fachada,
é Escola que orna a Educação com seu cenáculo.
É confraria de sabedoria em flor cultivada,
em óculo central doutamente simbolizada:
com o globo terrestre, em alegoria apropriada,
alfinetando, ao céu, pétalas de pináculo a pináculo
fazendo-se, do conhecimento, vigoroso sustentáculo.

É com este ponto a mais, da boca que o diz,
que se arquiteta, a engenho e arte, novo tentáculo:
novo cantiga, da memorável Escola Maria Ortiz.



Penedo, oh meu Penedo

ADRIANO DE OLIVEIRA

Professor. Escritor.

Ah que saudades [...]
Ah que saudades da minha mocidade querida
Que os anos não trazem mais...
Quem já viu esta Pedra linda.

Mas como é tão linda ao nascer do sol,
sobre a luz do mar.
É a maior que já se viu.
Ela está sempre muito imponente
decorativa na grande Baía de Vitória

E lá está ela, fixa em direção
para a cidade e sua história.
Oh Deus não me puna jamais,
Não tire de mim a vista deste Penedo.

Como é bom poder dizer que nada,
É mais cosmopolita do que as luzes do porto
enaltecendo esse meu Penedo.

Digo que existe um conforto na capital,
um acalanto sem igual.
Não perco sequer uma oportunidade de desfrutar a vista do Penedo,
e o mar que me lembra que tem ida e volta
toda jornada, e que a terra é de mulheres e homens fortes.
Deus dá o frio conforme o cobertor.

Aplausos no Carlos Gomes

ANA MARIA QUIRINO

Professora. Escritora.

Na primeira vez que eu entrei no Teatro Carlos Gomes, fui aplaudida de pé. E eu não minto!

O Teatro Carlos Gomes é uma pequena joia no Centro de Vitória. Cercado de edificações feias, sua beleza fica mais realçada, dando prazer aos olhos de quem o contempla. Mas sua beleza é absoluta, não depende do entorno para ser reconhecida. Bem localizado, na Praça Costa Pereira, no Centro de Vitória, entre o morro e o mar, é um colírio para os olhos que contemplam suas paredes amarelas, suas portas verdes de ferro e seu ar de caixinha de música. Essa sua característica se confirma quando temos o prazer de ir até lá, para ver as apresentações da Orquestra sinfônica (ex filarmônica) do Espírito Santo, outra joia do nosso Estado.

Lembro-me bem da primeira vez que entrei no Carlos Gomes. Por longos minutos, meus olhos se distraíram observando tudo lá dentro: o palco, as cortinas, as poltronas, os camarotes... Não fui assistir a nenhuma peça, o que seria natural e o que fiz em ocasiões futuras. Fui participar de um seminário sobre Literatura infantil. O tema do dia era a verossimilhança (ou a falta dela) nos contos infantis. Tão interessante que até hoje ainda me lembro da abordagem feita pela palestrante, vinda de Minas Gerais.

O mais interessante, no entanto, aconteceu quando terminaram as falas e os debates. Por uma generosidade do destino e da Língua portuguesa, eu tive meu momento de ser aplaudida de pé, no principal teatro do Espírito Santo. Explico: um dos organizadores do seminário pediu que procurássemos debaixo de nossas poltronas um pedaço de papel que continha um número, que seria usado para o sorteio de livros infantis. O meu número era o 18. Quando começou o sorteio, o segundo número anunciado, que daria ao sortido um exemplar do livro *Cazuza*, de Viriato Correia, foi justamente o 18. Assim, como havia feito o primeiro contemplado, eu fiquei de pé, com meu número à mostra, e os companheiros de plateia me aplaudiram. Brevemente, para que o sorteio tivesse sequência (professor adora ganhar livros).

Enfim, que fique bem claro: no momento do aplauso, quem estava de pé era eu e não quem aplaudia. Mas eu não menti e não perdi o meu momento de glória.

O “Santa Clara”: a incrível história do palácio que desapareceu

ANAXIMANDRO DE OLIVEIRA SANTOS AMORIM

Advogado. Professor. Pertence à cadeira 40 da AEL.

Você conhece o Palácio do Governo? me indagou um amigo, no que eu, mais que prontamente, respondi: - Mas é óbvio que eu conheço o Anchieta! - Não, não é esse! retrucou, e para o meu espanto: - Eu disse o outro palácio! E eu, sem entender nada, balancei a cabeça: -Outro palácio? Foi assim que eu tomei conhecimento do Palácio Santa Clara, Palácio das Águias ou Palácio Nestor Gomes, erguido no ano de 1923, durante o governo daquele político.

Gomes, nascido no Estado do Rio de Janeiro, em Conceição de Macabu, e morto em Belo Horizonte, em 1941, foi o 17º Governador do Espírito Santo, de 23 de maio de 1920 a 23 de maio de 1924, época da pujança do café na economia capixaba. Uma cidade que se modernizava e se embelezava deveria deixar o colonial no passado. Foi quando o casario foi derrubado, junto com a torre sineira do Palácio Anchieta. Um Presidente de uma próspera Província necessitaria de um palácio que simbolizasse o novo, o moderno. O momento não poderia ser melhor para erguer um novo imóvel público.

Segundo o jornal *Diário da Manhã*, de 5/01/1922, o Palácio Santa Clara, cuja obra ficou a cargo do empreiteiro Manoel Rodrigues Ribeiro, seria entregue no mês seguinte. O nome do empreendimento se deu por causa da sua localização, a Ladeira Santa Clara, no Centro histórico de Vitória, perto do Parque Moscoso. A escritura

de compra e venda, no entanto, foi lavrada no ano seguinte, no livro 12, folhas 140/141, na qual o Estado do Espírito Santo comprava, pelo valor de 1:200\$000, uma pequena casa das mãos do Sr. Antonio Ramalho e sua esposa, Gesilda Scarpini Ramalho que, em seguida, seria derrubada, para dar início às obras.

O palacete era um imponente imóvel de um piso, cuja fachada avarandada se compunha de dois semicírculos laterais, em meio dos quais se projetava uma escadaria, que dava acesso ao pórtico, encimado por uma estátua de águia, denotando poder. Era uma construção de estilo eclético, simétrica, com balaustradas e colunatas de estilo greco-romano. Não há plantas, mas apenas uma pouca memória fotográfica que nos dá uma ideia, até hoje, da grandiosidade da estrutura. Dizem que até piano ali havia!

De 1922 a 1924, ao que tudo indica, o palácio foi bastante usado. O Diário da Manhã, órgão oficial e noticioso da capital, publica inúmeros expedientes de Gomes no local, sobretudo após 1923. O ocaso do Palácio Santa Clara se dá com o final da era Gomes. Já em 1925, em uma Mensagem de Governo, Florentino Avidos, que sucedeu Nestor, cedia o imóvel à obra da Irmã Pirnay, no Orfanato Santa Luíza, ali instalado até meados dos anos 1940, não sem queixas de problemas estruturais e orçamento insuficiente.

Em 1948, o prédio, já contando com um anexo de gosto duvidoso, que descaracterizaria o partido arquitetônico da construção, abrigaria as instalações da escola Maria Ericina Santos. Na mesma época, foi implantado um hospital de doenças venéreas, chamado Centro de Tratamento Rápido. O contato dos doentes com as crianças foi um escândalo para a época, no que um muro, separando escola e clínica, foi construído, sendo apelidado de muro da vergonha.

O hospital sairia de lá nos anos 1950. Já em 1975, a escola ganharia sua sede atual, nos fundos do palácio, que foi totalmente abandonado e gradativamente destruído pelo tempo e pela população. Relatos dão conta de que muros, telhas e até o belo piano teriam sido pilhados, apressando o estado de ruína. Mais tarde, a área passaria a se tornar residência de bandidos e drogados. Em 1983, o arquiteto José Daher propôs a consolidação das ruínas e a utilização

do que ainda sobrara com a criação de um espaço cultural, com um palco, oficina de artes cênicas e artes plásticas. A resolução 02/85, de 22/08/1985, do Conselho Estadual de Cultura, tombou o prédio. De nada adiantou, no entanto: o abandono perdura até os dias de hoje e o prédio, após tantos anos de descaracterizações e descaso, praticamente, não existe mais.

O “incrível palácio que desapareceu” entra para a posteridade como mais um exemplo de como o brasileiro trata do seu dinheiro público e do seu patrimônio. O Palácio Santa Clara foi, ao nosso ver, uma construção desnecessária. O fato de haver abrigado um orfanato mostra como ele próprio já nasceu órfão: um exemplo de um bem que não tinha legitimidade nem junto Poder Público, nem junto à população. Um imóvel a respeito de que, se não fosse pelo meu amigo, eu jamais saberia. Uma parcela da nossa identidade que mereceria, porém, muito mais do que essas linhas.



Elvirinha, o traste e a neve verde

ANNE MAHIN

Analista do Poder Judiciário. Graduada em Pedagogia e Letras.

No banco do passageiro, minha tia não parava de falar sobre a amiga que, naquela madrugada, se tornara defunta e a guardava, num caixão, na capela do cemitério.

– Mulher exemplar, uma santa. O marido? Um traste, um grosso. Eu vivia dizendo à Elvirinha: “Mais vale um asno que te carregue que um cavalo que te derrube”.

– É de uma música sertaneja, não é?

– É o quê, Luciana?

– A frase, tia, é de uma música sertaneja.

– Que parvoíce, menina! É de Gil Vicente, autor da famosa “Barca do Inferno”.

– Nossa, de Gil só conheço o Gilberto...

Minha tia ia falar alguma coisa, quando eu exclamei:

– Chegamos! – e rápido estacionei o carro.

Na capela mortuária, estava Elvira impávida, jazendo serena. Fiquei apreensiva. Agora a tia vai ter um piripaque ao ver a defunta, mas, em vez de se dirigir ao caixão, foi ela se avistar com Salvador, o famigerado traste, o viúvo em luto.

– Salvador, que tragédia – exagerou.

Espantada eu vi a tia abraçar o homem que, segundo a própria, merecia o quinto dos infernos, o inferno do Gil Vicente e do Gilberto Gil.

Fiquei confusa. Olhei para ela, cabeça encostada no peito de Salvador. Lancei olhar para a Elvirinha, que parecia, naquele instan-

te, empalidecer, ao testemunhar, ainda que mortíssima, a desavergonhice da melhor amiga.

Incomodada, sai da capela. Não gostava de cemitério, mas, do lado de fora, o clima estava mais ameno. Pude notar a quantidade de árvores. Observei que as folhas miúdas caíam, suavemente. Segui pela aleia principal, quando um túmulo me chamou a atenção. Era todo colorido, destoando dos demais. Resolvi me aproximar. Uma voz grave vindo detrás dos jazigos me deteve. Era um senhor, com uma vassoura na mão:

– Posso ajudar? Procura um túmulo?

– Não, obrigada. É que aquela sepultura colorida me chamou a atenção.

– É da cigana.

– Cigana?! Por isso que, sobre o jazigo, há bijuterias, perfumes e pentes, além das flores?

– É uma forma de agradecer. Ela é considerada como uma santa. Faz milagres. Não só ela, mas o menininho e o marujo também.

– Menininho? Onde fica a sepultura dele? E a do marujo? Ah... já vi. É aquela em forma de navio. E o menininho faz que tipo de milagre?

– O pedido mais comum é o das mulheres que não conseguem engravidar.

– Puxa, que interessante tudo isso! Interessante também são essas árvores com essas folhas caindo o tempo todo...

– É assim o ano inteiro.

– Sério? Pensei que fosse só nesta época do outono.

– Não, é o ano inteiro. Eu não vejo a menor graça. Passo o dia varrendo pra nada. Elas não param de cair.

– Verdade. Não param de cair mesmo. Mas eu adorei.

– É a nossa neve verde.

– Neve verde?

– Para mim, pelo menos, essas folhas caindo me lembram quando começa a nevar e os primeiros flocos caem devagarzinho.

Num primeiro momento, não vi sentido no que ele dizia, mas, então, observei atentamente.

– Agora que o senhor mencionou... Colocando um pouco de imaginação, sim, elas caem como flocos de neve. Que legal! E o senhor já viu neve?

– Em Montalegre, Portugal.

– O senhor morou em Portugal?

– Morei, mas não me adaptei ao frio. Lá a neve era branca, aqui, é verde. E assim como faço aqui, fazia lá, retirava a neve da calçada. Aqui retiro das alamedas.

– Neve verde! Agora até imaginei um monte de neve de outras cores: azul, roxa, amarela...

Nesse exato momento, avistei o caixão de Elvirinha sendo levado para a sepultura. Deixei o senhor, com a vassoura, recolhendo as folhinhas que teimavam em cair, atapetando o chão de esperança... verdinha. Folhas verdes, neve verde.

O enterro transcorreu como deveria. Na verdade, preferi ficar longe. Era muito esquisito ver o caixão baixar sepultura. Eu sentia calafrios ao imaginar que uma pessoa, que amou, sorriu e chorou, agora, iria ter o corpo apodrecido, devorado por vermes, em profunda e silenciosa escuridão. Estava nesse devaneio, quando minha tia se aproximou:

– Luciana, pode ir. Mais tarde Salvador me leva para casa.

Diante da minha cara, ela se explicou:

– Ele está muito abalado e eu me ofereci para embalar a roupa da Elvirinha e levar para o bazar da igreja.

– Um momento, tia, que eu não estou entendendo nada. Ele não é um traste, que a senhora abomina?

– Numa hora como essas temos de ser solidários.

– Solidários? É esse o nome agora? Elvirinha era uma santa mesmo. E ela é bem capaz de dividir a atenção das visitas aqui.

– Do que você está falando?

Antes que eu pudesse falar qualquer coisa, Salvador se fez notar, vindo em nossa direção.

– Pronto, Dodô, podemos ir.

Dodô? O traste agora era Dodô?

Fui caminhando para o carro, perplexa, pensando na tia Henora e no sentimento de amizade que ela nutria pela amiga Elvira. Era tão verdadeiro quanto à neve verde que caía no cemitério de Santo Antônio.

Viva São Benedito!!! ... Vivo!!!

BARTOLOMEU BOENO DE FREITAS

Jornalista. Escritor.

Tenho o nome de um santo. Mas deste santo vim saber muito pouco. Apenas que foi um dos 12 apóstolos de Jesus (seria ele Natanael) e que, por causa da causa cristã, fora esfolado vivo na cidade de Albanópolis, atual Derbent, na província russa do Daquestão, em 24 de agosto do ano 51 d.C. E também, que, em um dia dedicado a ele, ou melhor, na noite daquele dia, em Paris, na França, em 1572, aconteceu uma bárbara matança de inocentes – a chamada Noite de São Bartolomeu, página triste da história da humanidade. Pois é, infelizmente, não aprendi a cultuar esse santo, o que seria natural, e, pior, acabei por bandear-me para outro. Assim que o conheci, cri. E o conheci pela via da arte, da cultura popular e da fé das pessoas simples, manifestadas no congo.

Explico. Dentre tantos bens de natureza imaterial celebrados na Ilha de Vitória desde tempos antigos, um me toca de forma especial: São Benedito. Embora não seja um santo local, capixaba, pra mim é como se fosse. Não há fronteira pra fé. É nosso também. Aqui é cultuado e celebrado de modo peculiar: por bandas de congo – que são um outro bem patrimonial* - em torno das quais, comunidades negras, em sua maioria, se irmanam, se identificam e se expressam social e culturalmente.

Não sou devoto como se costuma caracterizar um devoto, mas, à minha moda, confesso a devoção a São Benedito. Seu culto, manifestado nas cantorias das toadas dessas bandas com instrumentos

de tecnologia primitiva, toca minhas emoções e, tem mais, suscitam memórias, saudades de não sei o quê. Já subi a escadaria da secular Igreja do Rosário, no Centro de Vitória, para contemplar sua imagem, e até encaminhei alguns pedidos. É um santo negro, assim como Nossa Senhora Aparecida – e isso em particular me encanta, porque representam esta parte imensa da população que tem uma história de sofrimento e discriminação de difícil reparação. Mas eles, os santos, têm visto isso, não duvido.

Sobre a mesa de trabalho trago uma imagem de São Benedito. Gosto dela especialmente por nem de longe lembrar aquelas imagens tradicionais de santos, com semblantes circunspectos, sérios e preocupados, talvez, com a dimensão da tarefa quase inglória de guiar a humanidade pecadora.

O meu São Benedito é um desenho *naif* feito às pressas, sem assinatura, e já me basta que ele tenha uma cara feliz. Com a mão direita segura firme o crucifixo. Com a esquerda, ostenta um Jesus Menino branquinho que faz com os dedinhos o sinal de “paz e amor” como aquele dos nossos velhos hippies. As vestes do meu santo não são naquele tradicional marrom liso, escuro e triste. Ele dá-se ao luxo de usar um hábito festivo, estampado com flores amarelas. Ao entorno da cabeça, mais flores que esparzem chispas de luz. Ao fundo, nada de paragens sombrias e umbralinas, mas bandeirolas, muitas bandeirinhas multicoloridas, como aquelas que festejam seu colega de ofício e santidade, São João.

O meu São Bino é um santo quente. Nunca me faltou. Converso com ele de homem pra homem. Também não o chamo à toa. Digo assim: “Aí Bino, meu velho, que tal me dar uma mão, sabe como é, né, é caso de precisão”. É o suficiente. Ele entendeu e se pode não tarda. Se puder porque, dizem, santo também é limitado no ajudar, quanto mais se o pedinte não merecer. Se não puder, mesmo assim, sempre deixa um pouco de conforto e força.

Aprendi a gostar deste santo em São Mateus com o Jongo de São Benedito. Não perdia uma festa. Era festa das melhores. Principiava com a cantoria de aquecimento na casa da mestra Nega, lá no Sernambi. Depois, seguia o baticum de tambores e casacas a passos

ligeiros, passava pelo mercado, e entre toadas e vivas chegava à praça para a fincada do mastro à esquerda frontal da igreja a ele dedicada. Originalmente, era a “igreja dos pretos”, o *point* de alívio aos domingos, naquelas épocas de apertos e *apartheids*. Época em que São Bino é que aliviava as dores das chibatadas, estava junto com os injustiçados, com quem estava a ferros, no pelourinho, ou correndo dos capitães do mato nas matas medonhas e brejos povoados de miasmas e outros assombros.

Troquei São Mateus por Vitória. E aqui também se festeja São Benedito! Não com o jongo, mas com o congo. Deve ser lá na essência da fé a mesma coisa. Não importa porque dessa festa emana a mesma energia boa, suave e sincera das cantorias, dos batuques, do bailado das saias brancas e simples daquelas senhoras negrinhas. É exaltação; prece sincera por causas justas, que, com os créditos de São Benedito, adentram as portas celestiais e retornam em forma de milagre, mais fé, saúde, alegria para o enfrentamento da lida do dia a dia “na vida que se vai levando conforme a vontade de Deus – Louvado seja Nosso Senhor”.

Sobre a minha mesa está a imagem de São Benedito. Ela me remete a tudo isso. Ele está ali, olhando pra mim e me sorri. Eu sei. E quando a contemplo parece que ouço a cantoria alegre, e os sons secos dos tambores e casacas de São Mateus e de Itaúnas (onde, aliás, há um jongo devotado ao meu santo de nome, São Bartolomeu), nas festividades de janeiro, na buscada de ‘São Beneditinho das Barreiras’, cenas que tão bem nos descreve o caboclo Armojo - Hermógenes Lima Fonseca – o ateu mais devoto de São Benedito que já conheci: “E viva São Benedito!!! ... Vivo!!!”, dizia ele, finalizando suas narrativas.

*Segundo a Secretaria de Estado da Cultura do ES, em 2017, havia 67 grupos de congo no Espírito Santo. O congo, como expressão artístico-religiosa, foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Espírito Santo no ano de 2014.

Respingos culinários e artesanais

CACAU MONJARDIM

Jornalista. Escritor. Pertence à AEL, cadeira 37.

No curso da história, o barro tem sido uma expressão da criatividade e da utilidade de muitas gerações, permitindo que os registros seculares estejam marcados pela expressão mais pura, mais popular e mais significativa e passarelas do bom gosto, e por via interpretativa, berço de fatos, acontecimentos, comportamentos e hábitos de todos os povos. Os brasileiros, sempre encontraram no barro a expressão de vivências interioranas, com seus costumes e imagens modeladas com arte e inspiração. No nordeste, vamos encontrar a partir do mestre Vitalino seguidores que no barro, modulando suas imagens e seu cotidiano, abusando das cores cheias de vida em suas figuras populares, valorizando a Caruaru de todos nós e por extensão influenciando a cultura, o folclore e o musicar sertanejo de suas sanfonas compoendo estrofes magníficas e internacionalmente respeitadas e valorizadas.

No Espírito Santo, temos sido bafejados por uma produção que transformou a diversidade e a alta categoria produtiva dos nossos barreiros, jazidas únicas, em fator inquestionável e inimitável como produto essencial das nossas panelas de barro.

Por incrível que possa parecer, diante de tantas descobertas modernas e de alta tecnologia, em alguns casos vale recorrer a costumes tradicionais. Em matéria de culinária – sem sombra de dúvida – a afirmação cai como uma luva.

Quem não se lembra das nossas velhas panelas de barro? Elas foram até um dia, abandonadas, pressionadas pelo marketing agressivo

de novos, versáteis e brilhantes modelos em alumínio ou ferro, que invadiram o mercado e acabaram, quase sempre, tirando o sabor natural de nossa culinária.

Hoje, as nossas panelas de barro voltam ao patamar da sua própria história e influência, ocupando os fogões, mesmos os mais sofisticados, ostentando toda a sua nobreza saudável, convivendo com os temperos variados, saborosos e naturais.

Felizes, continuam os capixabas que nunca as abandonaram. Mesmo porque as tortas e as moquecas jamais aceitaram outro leito.

Recentes pesquisas realizadas nos Estados Unidos chegam a apontar que as panelas mais modernas de diversos materiais, entre elas as de alumínio ou ferro, desprendem substâncias bastante prejudiciais ao nosso organismo.

As melhores panelas de barro do Brasil, artesanais de verdade, somente são encontradas em nosso Estado, criadas pelas mãos pacientes, criativas e carinhosas das “Paneleiras de Goiabeiras”.

As origens desta arte exclusiva de nossas paneleiras estão marcadas pela a influência indígena, africana e europeia. A mais antiga – afirmam os historiadores – é a indígena, que remonta a 500 anos DC e se manifesta através de três tradições. A Tupi-Guarani, a Aratú e a Uma.

Da tradição Una sobreviveu a técnica responsável pela cerâmica utilitária, cujo carro-chefe são as famosas panelas de barro feitas em Goiabeiras, nos arredores de Vitória, no Vale do Mulembá, localizado no Bairro Joana D’Arc.

Nossas paneleiras, mantendo a tradição passam de geração em geração, a técnica quadricentenária, herdada dos índios Tupis-guaranis e dos negros africanos.

Estou lembrado que, em visita a Portugal, conheci o artesão José Franco, considerado à época o melhor ceramista da Europa, em Mafra e especialmente na sua aldeia saloia, criava com versatilidade impressionante, criava com as mais lindas, curiosas e reproduções históricas que chegavam a revelar inteiramente no barro o casario e a estrutura das comunidades de sua aldeia. Chegando até a reproduzir igrejas, praças, ruas e monumentos fielmente esculpidos. No atelier de José

Franco eu recordava que nós tínhamos, aqui no Estado, as nossas panelleiras. Voltei com a ideia de tentar, influenciado pela variedade artesanal de José Franco, a criação em Goiabeiras, da então primeira e única Universidade do Barro. Fiquei no meu sonho.

No entanto, na administração Hermes Laranja, quando eu era Secretário Municipal de Turismo, conseguimos, pelo menos, tirar as panelleiras do seu velho e quase moribundo galpão de madeira para uma área mais decente e organizada, com lojinhas individuais, com segurança e mais praticidade, melhorando o depósito de barro, a área de queima, racionalizando a própria circulação na área. Quem iniciou o projeto de mudança, que aplaudimos, foi a saudosa professora e veadora Etta de Assis.

De tudo que se registra, resgata e é divulgado, ressalta-se a inegável identidade, como irmãs siamesas em matéria de cultura, culinária e história, as insubstituíveis panelas de barro de Goiabeiras e a sublime arte das mãos que as produzem.

Num “rasgo de provocação”, eu criei para as panelleiras um bordão tão forte e verdadeiro como o da moqueca: ”PANELAS DE BARRO SÓ DE GOIABEIRAS, O RESTO É TRALHA DE FOGÃO”.

Patrimônio Cultural de Vitória

DENISE MORAES

Artista Plástica e Poeta.

Fragments de uma vida, ao iniciar-se com o matrimônio dos meus genitores no ano de 1954, na Catedral. A afinidade com a Arquidiocese é de longínqua data. Nas fotos está registrada essa união com exuberante decoração e flores prediletas da noiva. Copos - de - leite adornavam as laterais dos bancos e o altar, confundindo-se com a impecável silhueta do seu vestido branco com vasta calda de tafetá e longo véu a cobrir-lhe o rosto, o qual, na minha fantasia de criança ao manusear o álbum, eram reais cenas de filme.

E remeto-me ao passado na companhia da minha mãe, tia, irmãs e meu avô. Visitar a Catedral durante a semana já fazia parte do cotidiano e eu ficava a contemplar os vitrais no altar, observava as imagens sacras no pedestal, e, absorta em meus pensamentos, sentia-me hipnotizada. Difícil discernir a tristeza dos santos, e a paz ao fixar o olhar nos vitrais coloridos. Gostava de ouvir o ecoar das vozes e os ruídos naquela imensidão.

Nas comemorações Natalinas visitávamos o presépio da Catedral, lembro-me de cada detalhe, uma fábula. Quando crianças, participávamos da “Coroação dos Anjinhos”, uma tradição. Muito prendada, minha mãe nos trajava de anjinhos, ela mesma cosia e bordava nossos vestidos e asinhas. O tempo urge e chega a vez das suas netas e eu percebia sua satisfação ao reviver décadas passadas ao assistir à Coroação. As fotos revelam o seu encantamento. Com toda convicção de que eu mesma cosera e bordara os vestidos e as asinhas, tal qual ela o fizera.

Um momento saudosista ao recordar a singela cena. Quantos momentos e emoções vivenciamos. E há mais de três décadas minha filha fora batizada na mesma igreja episcopal pelo Padre Ayrola.

A construção da Catedral iniciou-se em 1920, durante 5 décadas prosseguiu a construção até a sua conclusão em 1970 pelo arcebispo Dom João Batista da Motta e Albuquerque, esse monumento histórico e esplendoroso da Cidade Presépio. A Catedral teve seu estilo eclético, inspirado na arquitetura gótica. Durante o longo período de construção, vários artistas, arquitetos e engenheiros se destacaram: Henrique de Novais, Paulo Motta, A. Morales de Los Rios, Waldemar Bogdanoff, César Alexandre Formenti, seu filho Gastão Formenti e o arquiteto autodidata André Carloni.

O construtor André Carloni assumiu o projeto da fachada e execução das obras externas. As obras mais uma vez foram paralisadas. Durante toda década de 60, o Governo do Estado auxiliou a construção com a liberação de verbas públicas.

E a mudança dos vitrais do presbitério, que se encontra acima do altar, foi retirada, lembranças dos belíssimos registros, os quais não mais existem na arquidiocese. Os altares e oratórias laterais foram retirados, além das imagens das paredes, que se repetiam nos vitrais. Mudanças ocorridas porque as leis litúrgicas, definidas pelo Conselho Vaticano II, não permitiam duplicidades de imagens nos templos católicos.

Segundo Padre Ayrola, empossado na catedral em 1974, ele executou algumas reformas internas, porém manteve a estrutura arquitetônica principal, advindo das obras consideradas finais, realizadas entre 1968 - 1970. A Igreja, ao longo desses anos, passa por restauração, como pinturas regulares.

Recomendo aos amigos conhecer os pontos turísticos de Vitória, iniciando pelo Centro Histórico na Cidade Alta, os quais se encantam com a Catedral Metropolitana e seu estilo gótico.

A preservação do nosso Patrimônio Histórico é a nossa identidade. O Centro Histórico remete-me ao passado, ao valor afetivo de cada detalhe, à doce companhia, os ensinamentos religiosos e a convivência sadia e feliz de um tempo que ficou para trás. É esse legado que ficará para nossos filhos e netos, a memória que transborda de recordações e emoções.

Canção aos Patrimônios de Vitória

ESTER ABREU VIEIRA DE OLIVEIRA

Professora e escritora. Pertence à AEL, cadeira 27 e à AFESL.

Imateriais e Materiais
da Reta da Penha
o Convento se vê.

Que manto divino
recobre esse céu sempre azul!

Imateriais e Materiais
da Leitão da Silva
o Mestre se vê.

Que sombra de luz o Mestre
em infinita atalaia
avisa da chuva!

Imateriais e Materiais
a panela de barro
com o badejo vermelho
efervescente se vê.

Que cheiro incita
o paladar ao capixaba!

Imateriais e Materiais,
irmã de antigas ilhas,
hoje bairros na baía,
triunfante a ilha se vê.

Que orgulho explode
com seu casario!

Imateriais e Materiais
de Carlo Crepaz
o feroz Arariboia.
da baía se vê.

Que pedra roliça
sustenta o guerreiro!

Imateriais e Materiais,
o guerreiro arqueando-se
lançando a flecha
no Penedo não se vê.

Que tiro certo
o índio relembra!

Imateriais e Materiais,
o atalaia Penedo -
hercúlea silhueta -
de longe se vê.

Que segredos guardam
abismo e cumel!

Imateriais e Materiais,
da fortaleza São João

na defesa da baía
os férreos canhões
para o Penedo se veem.

Que naves renavegam
na vizinhança do Atalaia!

Imateriais e Materiais,
pesados canhões,
delicadas flechas,
para o Penedo apontam
e o fogo não se vê.

Que potentes batalhas
relembra as antigas armas!

Imateriais e Materiais,
forasteiros barcos
sob águas do velho Nereu
do Penedo se veem.

Que tempos férteis
de lutas bravias
as águas não viram!

Imateriais e Materiais,
a guardiã da vista
imane, Santa Luzia,
da capela cuida
a capixaba terra.

Ponte Florentino Avidos: a primeira grande ponte de Vitória

EDUARDO BAUNILHA

Doutor em Letras. Professor.

Todo projeto que nos chega à mão traz junto de si alguns desafios. Quando me deram a incumbência de diagramar o livro **Florentino Avidos – Um homem à frente de seu tempo**, escrito pelo saudoso Marien Calixte, variadas maneiras de fazê-lo me vieram à mente. Como era um livro de época, que contava de um presidente do Estado do Espírito Santo de 1924 a 1928, pensei em um visual tradicional sem parecer antigo.

Acresce que, para além do pensar a diagramação da obra, me envolvi com a história e com os feitos do presidente, sobretudo com o que é considerado sempre e hoje também, um monumento, um patrimônio da cidade de Vitória que é a Ponte Florentino Avidos. O nome da Ponte é uma homenagem muito pertinente ao presidente que antes mesmo de tomar posse já era conhecido como um “mestre de obras”, segundo Marien Calixte (1998). Esse epíteto foi-lhe conferido, pois trabalhou com o recente governador Nestor Gomes, chefiando o Serviço de Melhoramentos de Vitória. Esse cargo, no governo de Florentino Avidos, foi ocupado por seu filho, Moacyr Avidos “com o peso do compromisso de realizar uma obra excepcional: as pontes metálicas ligando a capital ao continente” (CALIXTE, 1998, p. 65).

Marien Calixte destaca que o ponto modal das transformações urbanas realizadas no governo de Florentino Avidos foi a ponte que

liga Vitória à Vila Velha denominada pelos capixabas de “cinco pontes”. As pontes foram fabricadas na Alemanha, tendo o engenheiro Moacyr Avidos morado por um ano naquele país para acompanhar a fabricação das peças metálicas, a organização de seu transporte e a instalação da obra na terra da Moqueca Capixaba. “As pontes foram construídas mediante licitação pública, pela empresa alemã Maschinenfabrik Augsburg-Nuremberg, e transportadas por navio, sendo montadas no cais da Vila Rubim. O almoxarifado da Cia. Docas do Espírito Santo guarda, ainda hoje, várias peças originais, destinadas, pelo fabricante, para os casos de consertos e substituições” (CALIXTE, 1998, p. 74).

A ponte Florentino Avidos não tem uma importância somente enquanto elo de ligação entre um município (Vitória) e outro (Vila Velha). Ela se incorpora à paisagem urbana da cidade, doando a esta um estilo que foge do passadismo e que, mesmo com tanta idade, consegue manter um diálogo harmonioso com a cidade que a hospedou.



Agenda Vitoriense

FERNANDO ACHIAMÉ

Poeta e Historiador. Membro do IHGES e da AEL, cadeira 17.

UBI EST?

Enquanto o tempo durar
em Vitória manter isto e aquilo.
Ubi est o tempo?
O tempo, onde está?
Ubi sunt os morros?
Onde estão os morros?
Nada dura.
Nada dura.
Dure o que o tempo durar?
Que amor amar?
Na capela de Santa Luzia já vaguei,
Mergulhei no Rosário,
Estudei São Gonçalo,
Lamentei o Carmo,
Introduzi-me na Catedral
E do Santuário de Santo Antônio sei:
– A escolha é profana.
Naveguei nas Cinco Pontes,
Cocei baiacu na baía,
Raspei no Penedo de perto

E ao longe vi a Pedra dos Dois Olhos,
A Jucurutu, a Coruja me olhando:
– A opção é menos ecológica.
Visitei jacarezinhos no tanque
Da Estrada do Contorno.
No começo do mundo em Inhanguetá
Anhanga a itá pisou e
Com outro passo parou em frente,
Do outro lado da baía,
Em Itanhenga – itá do anhanga:
– A predileção é intangível.

Certas noites
Peguei na Praia Comprida,
Mãos cheias,
Água e areia do mar
Iluminadas de fosfato:
– A preferência é mais simples.
Nada de escadarias,
De prédios públicos,
Nem de particulares,
De bens móveis e imóveis,
Açucareiros, pratarias, tecidos,
Documentos, fotografias, antiguidades:
– O partido é etéreo.
Conservem o perfume do café
Torrando na Avenida Vitória.
Ubi sunt os amores?
Ubi est a dor?
Ubi sunt tempos, temporais?
Café perfumando a Avenida Vitória,
Café no ar de Vitória.
Dure o que o tempo durar.

VITÓRIA 3x4

De um lado o cais.
Do outro o mundo.

ALTOS NAVIOS

No mar amarrados.
De um lado as amarras.
Do outro o fundo.
Botes à flor d'água
N'água abraçados.
De um lado não amarras
O outro lado do grande mundo.

(Poemas extraídos, com ligeiras alterações, de A obra incerta.
Vitória: Florecultura, 2000).



A Academia Espírito-santense de Letras: patrimônio cultural capixaba

FRANCISCO AURELIO RIBEIRO

Professor. Escritor. Pertence à AEL, cadeira 6.

Em 2018, a Academia Espírito-santense de Letras completou 97 anos de existência, sendo a segunda entidade cultural mais antiga do Espírito Santo em atividade, só antecedida pelo IHGES, cinco anos mais velho. A Academia Espírito-santense de Letras foi fundada em 04 de setembro de 1921, reorganizada em 18 de julho de 1937, e é filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil. É uma associação cultural civil, sem fins lucrativos, e sua sede é a antiga casa do Prof. Kosciusko Barbosa Leão, na Cidade Alta. Tem por finalidade o cultivo da língua nacional e das Belas Artes, dentro do espírito de fraternidade que vincula o Espírito Santo aos demais estados brasileiros e países do mundo. Sua logomarca é o convento da Penha, no meio de folhas de louro e o lema latino “Semper Ascendere”.

São finalidades da Academia Espírito-santense de Letras: incentivar a cultura; promover a criação de associações culturais; divulgar a leitura e incentivar a criação de associações culturais; divulgar e incentivar a criação de bibliotecas; promover concursos literários; realizar cursos e reuniões de altos estudos; reeditar a obra de seus patronos e membros falecidos; editar publicação literária periódica; propugnar pela edição de obras de literatura, história e cultura do Espírito Santo; manter biblioteca e arquivos próprios, abertos ao público; manter intercâmbio com outras associações; participar de

projetos que visem à integração cultural das nações de língua portuguesa; realizar pesquisas com vista ao desenvolvimento literário e cultural do Espírito Santo.

A atual Diretoria, cujo mandato iniciou-se em 2016 e se encerrará ao final de 2019, tem-se empenhado no cumprimento das finalidades da Academia Espírito-santense de Letras e, para isso, tem realizado parcerias constantes com os órgãos que coordenam projetos culturais no Espírito Santo, sobretudo a Secretaria Estadual de Cultura, o Sindicato de Artistas Plásticos Profissionais do Espírito Santo, a UFES, o IHGES, a Secretaria Municipal de Cultura da PMV, a AFEL, a Rede Estadual de Bibliotecas, o Sindicato do Comércio Atacadista e seu Instituto Sincades, dentre outros.

Com os recursos da Lei Rubem Braga, da PMV, a AEL pôde republicar o livro de Patronos e Acadêmicos, atualizando a edição organizada por Elmo Elton em 1985, em 2002 e em 2006. Em 2008, juntamente com Thelma Maria Azevedo, publicamos um Dicionário de Escritores e Escritoras do Espírito Santo, e, em 2011, republicamos “Esmaltes e Camafeus”, de Guilly Furtado Bandeira, primeiro livro de uma escritora capixaba, ambos com recursos da Lei Rubem Braga da PMV. Em 2014, conseguimos fazer nova edição do livro sobre Patronos & Acadêmicos, com apoio da Lei Chico Prego, da Prefeitura da Serra.

A AEL, através de seus membros, tem representação efetiva na Lei Rubem Braga (PMV), no Conselho Estadual de Cultura, no Conselho Municipal de Cultura de Vitória, na participação e na premiação dos concursos literários públicos e privados, na análise e na apresentação de vários livros publicados no Espírito Santo, na organização de antologias, na publicação de livros, na participação em congressos nacionais e internacionais e em palestras nas escolas da rede pública e privada. Alguns de nossos acadêmicos têm recebido prêmios nacionais e internacionais; a maioria tem publicação constante de livros e artigos, em sua forma tradicional impressa, alguns possuem sites e blogs literários, o que demonstra sua atualização com as novas tecnologias e sua profícua produção literária.

A AEL conta, exclusivamente, com pequena contribuição financeira de seus membros para a manutenção de sua sede, na Cidade Alta,

coração da cidade. De 2010 a 2016 firmou convênio com o Instituto Sincades para a realização de um concurso literário, recebendo em contrapartida pequena quantia para pagamento de um estagiário e das despesas de manutenção durante a vigência do convênio. De 2007 a 2018, estabelecemos convênio com a Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Vitória, para a publicação de livros, tendo publicado, nesse período, 17 livros da coleção Roberto Almada, 18 títulos da coleção José Costa e 10 edições da série “Escritos de Vitória”.

Nossa Biblioteca Saul de Navarro possui um acervo raro de obras literárias, manuscritos, fotografias e documentos da história literária capixaba, infelizmente em mau estado de conservação, pois não temos recursos financeiros e humanos, para dar-lhes o tratamento técnico necessário e a utilização devida. O tempo é impiedoso com esse material tão perecível e nosso temor é que desapareça como aconteceu com outros acervos de nossa história, não mais existentes. Precisamos, urgentemente, fazer a higienização, a reclassificação e a informatização de nosso acervo bibliográfico, nosso bem mais precioso, mas não temos obtido sucesso nos projetos que apresentamos aos editais da Secult.

Aos noventa e sete anos de idade, a Academia Espírito-santense de Letras mantém sua vitalidade e reconhece o seu lugar e a importância que sempre ocupou na sociedade capixaba como órgão cultural de prestação de serviço, de assessoria e de engrandecimento da cultura capixaba, mas, sobretudo, de guardião da memória literária capixaba. Estamos próximos de completar um século de existência, certos de que “a literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna compreensivos para com a natureza, a sociedade e o semelhante”, de acordo com Antônio Cândido. Por isso, as Academias de Letras sobrevivem desde a antiguidade clássica como elementos essenciais de humanização, ao lado das outras artes e das últimas conquistas das ciências. Hoje, no Espírito Santo, estão em atividade cerca de vinte academias de letras, de São José do Calçado, no sul, a São Mateus, no norte, cada uma lutando, com os recursos de que dispõe, para divulgar a prática da leitura literária numa sociedade pouco afeita a isso e seduzida pela comunicação fácil, superficial e sedutora das redes sociais.

Por último, faz-se necessário um agradecimento especial e uma homenagem aos que estiveram à frente dos destinos da AEL, na sua presidência, durante seus 97 anos de existência: D. Benedito Alves de Souza, Arquimimo Martins de Matos, Augusto Emílio Estelita Lins, João Dias Colares Júnior, Eurípides Queiroz do Vale, Ceciliano Abel de Almeida, José Antônio Rui Cortes, Nelson Abel de Almeida, José Moysés, Christiano Dias Lopes Filho, Rômulo Salles de Sá, Maria Helena Teixeira de Siqueira, Gabriel Augusto de Mello Bittencourt. É com orgulho de seu papel e humildade diante da responsabilidade de sua missão, que a Academia Espírito-santense de Letras, “herdeira de um passado glorioso”, chega ao nonagésimo sétimo ano de sua existência, sempre “em busca de um futuro esperançoso”.



Academia Espírito-santense de Letras. Foto Anaximandro Amorim.

Os pioneiros das letras capixabas Homenagem da AEL



Nesta foto raríssima, grupo de intelectuais capixabas, incentivadores das letras, após um almoço que foi oferecido ao escritor Garcia de Resende, quando foi nomeado diretor da Imprensa Estadual, aparecem sentados: Garcia de Resende, com um jornal à mão; à sua direita Thiers Vellozo, deputado Estadual e diretor do Diário da Tante. À esquerda, Américo Coelho, diretor do Estado e Escobar Filho, secretário do Diário da Manhã. Em pé, da direita para a esquerda: Alarico de Freitas, presidente do Congresso Humano de São Paulo, diretor comercial do Diário da Manhã; Aurino Quintana, jornalista; Romênio Semens, jornalista; Adolfo Fraga, jornalista; Solferino Brito, secretário de Estado; Arnaldo Melo, jornalista.

Literatura como Patrimônio Cultural

GETÚLIO MARCOS PEREIRA NEVES

Magistrado. Escritor. Pertence à AEL, cadeira 33. Presidente do IHGES.

Ao falarmos em “patrimônio” nos vem à cabeça um conjunto de bens. Já ao falarmos em patrimônio cultural, estamos delimitando o alcance do vocábulo para fazer compreender que nos referimos a um conjunto de bens culturais. Importa, então, inicialmente, saber a que nos referimos quando falamos em bens que designamos como “culturais”, e para tanto necessário nos apoderarmos do conceito de cultura.

O termo “cultura” tem, entre os significados que assumiu nos dias de hoje, ao menos dois sentidos diferentes, e de grande importância para as ciências sociais: o primeiro, que tem origem no termo alemão Kultur, usado, em síntese, para designar os aspectos “espirituais”, digamos assim, de uma sociedade; o segundo, que tem origem no termo francês Civilization, e se referia principalmente às realizações materiais criadas sob determinados cânones, universalmente aceitos. Sobre essa distinção, tenhamos em vista que a Alemanha estava empenhada num processo tardio de unificação, onde a ideia era a de valorização das aspirações de toda a população que se procurava unir, enquanto a França já conquistara sua unidade política há muito mais tempo.

O primeiro sentido acima referido de cultura é o que é hoje privilegiado no Brasil, onde se fala em “saberes”, do aluno, saberes de uma comunidade etc. Mas é óbvio que esses “saberes” não são a mesma coisa que a cultura que vem do processo de civilização, no sentido do conhecimento obtido ou da obra de arte produzida debaixo de

regras - cânones - que são as mesmas em toda a parte. Regras essas que nos permitem agrupar e classificar bens culturais - artísticos - em escolas, sejam literárias, sejam pictóricas, sejam musicais.

Um tal debate sobre o sentido de cultura é bastante amplo e nem de longe se poderia aprofundá-lo aqui. Mas se, delimitando ainda mais o alcance do que nos interessa neste texto, nos dispusermos a falar de cultura produzida no Espírito Santo, não podemos deixar de referir que a identidade capixaba, expressão que será melhor definida adiante, começou a moldar-se no século XVI, em Vila Velha, local do primeiro encontro entre duas culturas - e aqui no sentido de aspectos espirituais de dois povos que pela primeira vez se avistavam.

De fato, a elaboração mental que permitiu ao Brasil ultrapassar uma fase de baixa autoestima, repleta de vaticínios pessimistas sobre o caráter do brasileiro por conta da miscigenação (recordemos Gobineau; elaboração cujos ecos se viam, por exemplo, em Monteiro Lobato ainda na década de 20), e daí, dessa baixa autoestima passar a verdadeiro ufanismo pela valorização quase que acrítica do chamado antropofagismo, desaguou no pensamento de Gilberto Freire, que apontou nessa mesma miscigenação não uma desvantagem, mas uma vantagem do caráter nacional; seria, mesmo, o que permitia ao brasileiro adaptar-se tão bem às exigências e vicissitudes. E, apontou Freire, algo que hoje é óbvio, essa miscigenação de raças misturou também as bagagens culturais de que cada uma era portadora, isto é, os modos de ser de cada um dos povos, e acabou por gerar uma cultura diferenciada, que é do caráter do brasileiro.

Prosseguindo, é neste sentido que se pode afirmar que Vila Velha é o berço da cultura capixaba: no que hoje é o estado do Espírito Santo foi primeiramente aí, repita-se, que duas raças que posteriormente, unidas a uma terceira, deram origem ao povo brasileiro, se avistaram pela primeira vez. Dizer que uma subjugou a outra é relativo, à vista dos costumes, dos “saberes” que ficaram, da própria genética do brasileiro em geral e do capixaba em particular, com seus fortes traços indígenas, o que é comprovado cientificamente.

A partir daqui tomemos o termo cultura nas duas acepções possíveis. Ao conjunto dessas inclinações espirituais (embora mui-

to mais das realizações materiais), se dá o nome de patrimônio. Ao patrimônio cultural, digamos assim, do capixaba, é que de maneira corrente designamos por “identidade” capixaba. Isto é, aquele conjunto de valores e aspirações espirituais que distinguem a nossa população das populações integrantes de outros grupos humanos.

No entanto aqui, como se assinalou acima, estão incluídas também o que chamamos de realizações, no sentido de produção de bens culturais. Portanto, estamos em que neste sentido é que se deve localizar o debate sobre a Literatura que se produz no Espírito Santo, e aqui utilizando o termo Literatura no sentido de produção escrita poética e ficcional.

De fato, independe de demonstração o afirmar-se que a Literatura de um povo é parte do seu patrimônio. Tanto quanto uma dança típica ou um monumento arquitetônico, a Literatura produzida no Espírito Santo é parte da sua elaboração cultural e por isso é de ser preservada, até para que se torne conhecida. Essa a razão de ser de casas que se preocupam com a preservação do patrimônio cultural, como os Institutos Históricos e Geográficos e as Academias de Letras. Estas últimas, especialmente voltadas à produção literária, são parte essencial na preservação de parcela significativa do patrimônio cultural, na medida que não deixam perecer a memória de autores e de obras que são relevantes em cada época.

A Academia Espírito-santense de Letras, acercando-se do centenário de fundação, é, neste sentido, guardiã de um patrimônio inestimável – aqui, não propriamente no que pertine à qualidade dos autores acadêmicos e das suas obras – mas no sentido de não deixar sucumbir uma produção que, de outra maneira, poucas chances teria de ser lembrada. Quanto dessa produção não reflete, em maior ou menor grau, o que acima referimos como patrimônio cultural do povo espírito-santense? Quanto não se pode apreender, por exemplo, *d'A oferta e o altar* (Renato Pacheco), ou de *Karina* (Virgínia Tamaini), ou do *Cotaxé* (Adilson Vilaça), a respeito das comunidades em que os autores localizaram as tramas respectivas?

A propósito, todos os três autores citados acima são acadêmicos. O que não significa que obras como *Avenida República* (Lacy

Ribeiro), ou *O sol no céu da boca* (Fernando Tatagiba), ou *Blissfull Agony* (Amilton de Almeida), estes últimos autores não integrantes da nossa Casa maior de letras, não se revistam, da mesma forma, de importância para o leitor que tenha interesse em desvendar a “alma” espírito-santense.

Por isto é que, retornando às casas de cultura referidas acima, à preocupação de preservação da memória do Espírito Santo e dos espírito-santenses que norteia as atividades desenvolvidas no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo soma-se aquele propósito de atuação da Academia Espírito-santense de Letras, de preservação do patrimônio literário, aqui – ou sobre nós -, produzido. Afinal, a atividade de produção literária, num sentido amplo, é o aperfeiçoamento no tempo da antiga atividade dos recitadores e contadores de histórias, os responsáveis, perante suas comunidades, por não deixar perecer a memória do “que eram” essas comunidades. Ou seja, por revolver memórias para dar a conhecer aquela faceta quase que instintiva do seu patrimônio cultural.

Em suma, falar em Literatura produzida no Espírito Santo é falar de parcela considerável do patrimônio cultural local. Seria desejável que, em assim sendo, as iniciativas das casas de cultura locais pudessem ser mias respaldadas por políticas públicas afinadas com o propósito de divulgação desse patrimônio, possibilitando à população reconhecer-se nele para passar a estimá-lo como mais uma fonte de conhecimento do seu modo de ser.

Theatro Carlos Gomes, nosso precioso patrimônio

GRACINHA NEVES

Musicista. Poeta. Pertence à AEL, cadeira 23.

*Necessitamos sempre ambicionar alguma
coisa que, alcançada, não nos torna sem
ambição.*

Carlos Drummond de Andrade.

O Theatro Carlos Gomes fica no centro da cidade de Vitória, e é um dos cartões postais do Espírito Santo. Foi inaugurado em 5 de janeiro de 1927, inspirado no Teatro Scala de Milão, numa mistura de estilos em que predomina o neoclássico.

Em 1923, o único teatro que existia na cidade era o Melpômene, nome de uma das nove musas da mitologia grega. O teatro sofreu um princípio de incêndio, segundo registro da história, que ocasionou o seu fechamento e o seu fim.

O Teatro Melpômene tinha capacidade para 1200 pessoas (há controvérsias neste número) e possuía iluminação elétrica de geração própria, quando ainda não havia energia elétrica em Vitória.

O Teatro Melpômene foi construído em madeira, da natureza pinho de riga, importada da Letônia, daí o apelido de “Teatro de Pau” tendo apenas os alicerces com alvenaria e tijolos, as colunas e grades das frisas e camarotes em ferro. A sua cobertura recebeu telhas francesas vindas de Marselha, na França.



O carpinteiro foi o italiano Giuseppe Giovanotti, que chegou em Vitória em 1894, e contou com operários especializados, vindos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Não se sabe verdadeiramente, se o teatro foi demolido, por interesses políticos, pois na época Vitória, a capital passava por importantes transformações urbanas, ou pela destruição provocada pelo incêndio. O que muito comentou-se na ocasião, foi que a demolição teve uma razão, abrir a Rua Sete de Setembro e alargar a Praça da Independência, hoje chamada Praça Costa Pereira. Houve, então, uma negociação com a municipalidade, que por ter utilizado a área do antigo teatro para ampliação da praça, a administração estadual assumiu o compromisso de erguer um novo teatro, surgindo mais tarde, o Theatro Carlos Gomes.

O projeto do Theatro foi do arquiteto André Carloni, que adotou um estilo arquitetônico eclético. O arquiteto autodidata, tinha olhar artístico para os bens culturais, e foi protagonista das transformações arquitetônico-urbanísticas realizadas em Vitória, no início do século XX.

André Carloni nasceu em Bolonha, chegando ao Brasil em 1890, com a idade de sete anos, juntamente com seus pais e irmãos, época da imigração italiana, cuja família instalou-se em Vitória (ES). No período de 1895 a 1896, ele trabalhou como ajudante do pintor italiano Spiridione Astolfoni que estava a cargo da decoração do novo teatro.

Na construção do Theatro Carlos Gomes, foram aproveitadas as colunas de ferro fundido do antigo Melpômene, que servem até hoje como sustentação dos balcões e galerias. O teatro é um modelo de “Theatro de Ferradura” por caracterizar uma série de galerias superpostas em torno da plateia.



O que é curioso é que a história não deixa muito claro, porém a participação do pintor Spiridione Astolfoni, na minha visão, teve sem dúvida, relevante papel no desencadeamento do término do Theatro Carlos Gomes. O pintor Spiridione, nascido na província de Pádua, chegou a Vitória em 1895, e, instalou-se na Rua do Sacramento, onde mais tarde abriu o seu próprio atelier.

André Carloni continuou trabalhando com Spiridione Astolfoni em outras obras contratadas, mesmo após o término do teatro. Em 1900, Carloni ingressou no curso de Leitura, Música e Desenho que era mantido pela Maçonaria Monte Líbano, tendo concluído em dois anos. Por haver se destacado em Desenho, desenvolveu projetos de construção e reformas na capital capixaba.

Citamos algumas obras importantes, como a reforma da Igreja e Convento do Carmo, com características neogóticas. Foi também, responsável pela construção do Palácio Domingos Martins, da Santa Casa de Misericórdia, do Edifício da Alfândega, da Delegacia Fiscal de Vitória, do Convento da Penha, e da Igreja dos Reis Magos, dentre outras.

Devemos de fato, muito ao magnífico trabalho do André Carloni, no restauro de nossos patrimônios históricos; e nada menos registrar: Que grande capixaba é esse italiano extraordinário! (Interpretado por: WILLIS DE FARIA em seu livro **Memórias de uma cidade**).

A pintura do teto, dos dias de hoje, deve-se ao pintor Homero Massena, mineiro de Barbacena, Minas Gerais, filho de capixabas, ele veio para o Espírito Santo, com seis meses de idade. Em Vitória, se formou em Odontologia, profissão que jamais exerceu; tendo mais tarde feito o curso de pintura na Escola Nacional de Belas Artes do RJ, e, em 1912, foi premiado com uma bolsa para estudar em Paris, na Academia Julien, onde foi aluno de Vinot. Na França, ele teve grandes oportunidades de conviver com nomes importantes da pintura francesa.

O teto do teatro é uma magnífica obra de arte, pois encanta a todos que visitam o espaço, pois a pintura é baseada na vida do músico Carlos Gomes, e que foi representada também com outros grandes músicos, que inspiraram o compositor, que são Wagner, Bach e Verdi. Ao redor, Carloni, referenciou alguns instrumentos e notas musicais, ao centro do teto, foi colocado um lindo lustre em forma de candelabro, que não se tem registro de onde foi comprado.



Na fachada do teatro, temos elementos característicos de diversos estilos arquitetônicos. Há referências “ao clássico e neoclássico nas colunas com capitel composto e frontões triangulares” conforme his-

toriadores, “ao barroco na sinuosidade e recortes do seu vão central e na expressividade das estátuas do acrotério. Ao centro, o coroamento edificado com estátua do deus grego Apolo, protetor das artes, tendo em suas mãos, duas liras, que interpretam o descanso da alma agitada, e sentadas aos seus pés, duas figuras femininas com trombetas: uma segura um livro e a outra uma máscara, lembrando a arte do teatro”.

Abaixo das esculturas, bem ao centro da edificada obra, está o busto do compositor Carlos Gomes, que deu o nome ao teatro.



Após dois anos de trabalho, foi inaugurado o Theatro Carlos Gomes, no dia 5 de janeiro de 1927, com a apresentação da peça “Verde e Amarelo”, de Patrocínio Filho, com grande repercussão no meio sociocultural capixaba. Uma edificação, que provavelmente teve muita dedicação dos responsáveis, apesar dos poucos recursos, uma parte foram verbas privadas.

Infelizmente, em 1929, com a crise do café, o teatro foi arrendado a uma firma particular e passou a funcionar como cinema. Alguns registros relatam que o Theatro foi comprado pelo próprio André Carloni: “O Melpômene sofreu um princípio de incêndio durante exibição do filme “Ordens Secretas”, em oito de outubro de 1923 (há controvérsias sobre a data. Alguns estudos indicam que foi em 09/10/1924), o que causou grande pânico pela construção ser de madeira. A partir desse episódio, o teatro foi interditado e vendido, em 1925, a André Carloni” (arquivo da PMV).

Uma lacuna na vida cultural do Espírito Santo.

No início dos anos 60, a classe artística capixaba se uniu e propôs uma ação judicial para cancelar o contrato de concessão, o que acabou por se cumprir já no final da década. Iniciaram-se os trabalhos de recuperação do teatro e sua reinauguração aconteceu em 15 de dezembro de 1970, com capacidade para 470 pessoas.

O Teatro Carlos Gomes foi tombado pelo Conselho Estadual de Cultura, em 1983, e hoje representa um marco histórico para a cultura de nossa cidade e do Estado, pois é, ainda hoje, o espaço mais procurado para apresentações de espetáculos, devido ao seu requinte e a uma excelente acústica.

A minha convivência com o Teatro Carlos Gomes foi desde 10 anos de idade. No decorrer de sua história, vivenciei e presenciei por vários anos, momentos importantes e decadentes na utilização do Teatro Carlos Gomes. As lembranças do passado me fazem voltar em décadas, e me sinto uma sobrevivente do fazer cultural em várias fases de sua história.

Eu estive presente no recinto do referido teatro, não só vendo e ouvindo, mas também participando de grandes acontecimentos. Fui aluna da Escola de Música do ES, na década de 50 e 60, o Teatro Carlos Gomes, era cedido em alguns dias às audições da EMES, e pude me apresentar por muitas vezes no seu palco, ainda bem menina, não somente como aluna de piano executando peças de autores nacionais e estrangeiros, também como bailarina, pois era aluna da primeira Escola de Ballet de Vitória, aberta na Praia do Canto.

Anos mais tarde, após terminar os meus estudos superiores de música no RJ, em 1974, voltei pra Vitória, fundei uma Escola – “O Centro Musical Villa-Lobos” e em 1975, a Associação Cultural Ricardina Stamato. As propostas estavam lançadas, e a semente plantada, fui buscar conhecimentos no Rio de Janeiro, para voltar e ser útil como educadora musical e empreendedora cultural no nosso Estado.

Eu tive que batalhar muito para mudar o perfil das apresentações que eram realizadas no Teatro, pois, o número de concertos era mínimo em relação às peças de teatro apresentadas. A mentalidade do passado persistia, dirigentes só pensavam em organizar as peças de

artes cênicas e aos poucos o ciclo de utilização do Carlos Gomes, foi sendo possível realizações de boa música.

Eu percebia, desde então, que o Governo do Estado, embora sendo responsável pelo Theatro Carlos Gomes, não dava prioridade nenhuma à cultura, verbas escassas sem nenhum interesse de realizações expressivas, e nunca foi criada uma programação efetiva, para que a sociedade capixaba, formasse o hábito de ir ao teatro. Vitória foi sempre uma cidade sem memória!

Em determinadas reuniões do CEC (Conselho Estadual de Cultura), de que fiz parte em vários períodos, eu debatia sobre a programação do Theatro, e insistia em dizer que os bons concertos passavam por cima de nossas cabeças, partindo de SP, RJ e BH, para Salvador na Bahia e outros Estados, mas não pousavam em nossa cidade.

Uma realidade extremamente triste...

A partir da década de 70, com a instalação da Fundação Cultural do ES, transformada anos depois em DEC- Departamento Estadual de Cultura, surgiram alguns bons eventos, mesmo com a precariedade de recursos.

Eu era crítica de música erudita do jornal “A Gazeta” nos anos de 1978 e 1979; e foram anos nos quais a música clássica começou a ter evidência no meio artístico, embora faltasse verba, faltasse público, mas não faltava a vontade de realizações importantes.

Eu escrevi centenas de artigos, com apreciação musical, dados biográficos dos vários autores a serem executados, e, com análise das obras, para tentar despertar no público, um interesse maior pela música clássica, porém não era fácil.

Se eu contar quantas vezes fui buscar público passante na porta do Theatro Carlos Gomes, não tenho conta, pois com excelentes músicos no palco, havia apenas trinta pessoas na plateia, e, isso era vergonhoso pra Vitória, uma capital... Eu pensava e me perguntava por quê? mas era notória a falta de divulgação, os jornais não davam e ainda hoje, não dão a mínima para esse tipo de evento.

Em vários anos, eu presenciei vários fechamentos do Theatro Carlos Gomes para reformas emergenciais, reformas essas que jamais chegaram ao final com êxito para um bom funcionamento do mesmo.

Em épocas, que ele era único para a demanda de todos os segmentos da arte, a cultura ficava estagnada, e nada acontecia na cidade...

No momento atual, o teatro passa por obras, como sempre maquiadas, sem chegar ao mérito que o mesmo merece, são os processos decadentes da cultura.

A partir de 1980, fiz presença marcante na vida cultural do ES, pois, além de dirigir a minha escola e a ACRIS, fui por três anos consecutivos, diretora da EMES, e organizamos inúmeros projetos, postos em execução nas dependências do Theatro Carlos Gomes.

Eu relato neste artigo, que chorei muitas vezes de alegria, no recinto do Theatro Carlos Gomes, em conseguir realizar os projetos saídos do papel, mas também chorei de tristeza muitas vezes, por terem tirado o direito de utilizarmos o palco do Theatro, por perseguições políticas. Citar todos os projetos, não cabe aqui, mas alguns que tiveram relevâncias, como Dez Concursos Nacionais Villa Lobos, três Semanas Nacionais de Músicas Brasileiras, Festivais e Festivais em homenagens aos aniversários dos célebres compositores como Bach, Haendel, Scarlatti, Mozart, Schubert, Chopin, Beethoven dentre outros; além dos inúmeros Seminários de Educação Musical.

O projeto que mais tempo durou foi a “Série Concertos Internacionais”, que em mais de vinte anos, esteve presente nos palcos do nosso teatro, e, merece alguns comentários para registro da memória cultural do ES.

A proposta de organizar uma “Série de Concertos Internacionais” em Vitória surgiu por iniciativa da ACRIS- Associação Cultural Ricardina Stamato, com o apoio do Centro Musical Villa Lobos, no ano de 1993, cuja agenda seria definida especificamente para a nossa cidade, dando oportunidade aos capixabas de assistirem eventos de qualidade. Nós, da diretoria da ACRIS, e do CMVL, idealizamos e sonhamos criar uma série trazendo grupos de fora do país com o objetivo de uma aproximação dos grandes centros – Rio de Janeiro, São Paulo e outros privilegiados pelas ações de desenvolvimento cultural.

Vitória sempre esteve fora da rota dos grandes eventos, por falta de estrutura e patrocínios. Somos conscientes dos muitos percalços que tivemos decorrentes das dificuldades em encontrar patrocinado-

res dispostos a apoiarem tais iniciativas. Inicialmente contamos com empréstimos de um programa chamado Pró-Cultura pelo Bandes – Geres, mas pagamos para as realizações que empreendemos em 1993, com o nome de Tom de Classe-Série Concertos Internacionais. Não obstante, continuamos a luta pelas realizações, ainda que em meses alternados, com pequenos grupos.

Atingimos o número de dois ou três Concertos nos anos entre 1994 a 1996; e, em 1997, encontramos alguns parceiros que decidiram investir e criamos força para continuar. Em 1998, tivemos o apoio da Rádio Antena 1, uma rádio da Rede Gazeta de Comunicações, que estava no seu início. O projeto passou a figurar como Antena 1 in Concert, numa exigência da mesma. Após um ano, com a mudança de Diretoria da Rádio, coincidentemente também do Governo, não houve mais interesse de ambos, em apoiarem o projeto.

O Estado passava por um período negro economicamente, e a cultura anulada, mesmo assim, retomamos o projeto de maneira tímida, jamais deixando de realizá-lo.

Muitas críticas, em torno do meu nome, por trazer artistas de fora do país, mas o projeto tinha o perfil de integrar as várias artes e dar oportunidade aos artistas locais. Em todas as aberturas, programávamos um artista ou grupo de artistas capixabas, até mesmo pintores que exibiam suas telas no foyer do teatro e poetas que diziam os seus versos, na sacada, antes de cada atração internacional.

A proposta era fazê-los conhecidos pela sociedade capixaba, e tenho certeza de que tivemos bons frutos!

Em 2010, a realização de um sonho antigo... integrar os Concertos Didáticos, ao projeto Concertos Internacionais, com realizações para os estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino.

O projeto passou a chamar-se “Cultura na Escola- Série Concertos Internacionais” com a participação do Governo do Estado através da SEDU- Secretaria de Estado da Educação e SECULT- Secretaria de Estado da Cultura, e com outros patrocinadores privados. No tocante a esses eventos realizados por nós, podemos afirmar que do ponto de vista da coragem, demos um salto maior do que imaginávamos, nós fomos impulsionados pelo amor à arte-educação.



Nós, rompemos muitas barreiras, agimos e levamos em frente...

Tivemos a felicidade de presenciar jovens estudantes, chegando do interior do Estado, de cidades longínquas, fazendo um percurso de até 05 horas de ônibus e maravilhados por estarem conhecendo a capital, entrando num teatro e assistindo a um concerto de música erudita, com músicos de outros países, pela primeira vez em suas vidas.

O que nos tornou verdadeiramente responsáveis por essa proposta única e objetiva na vida desses jovens!

Segundo, Leibniz “Andaria 30km para ouvir meu adversário, se pudesse aprender algo com ele”. E, sempre se pode, pois “não há ninguém que seja tão rico que nada precise, nem tão pobre que nada possa dar”... Saber receber, tanto quanto saber doar caracterizam a grandeza de espírito do Ser Humano.

Após vários anos, sem interrupção da Série Concertos Internacionais, onde realizamos mais de mil concertos e chegamos a atingir todos os MUNICÍPIOS do Estado, comprovadamente, por meio dos inúmeros relatórios emitidos e registrados nas prestações de contas da SECULT/SEDU e, ao recomeçar um novo Governo, (2015) tivemos uma pedra no meio do caminho...

Vivemos um verdadeiro inferno cultural, contrariando o tempo e o espaço em nossas vidas, o que é sagrado, pois tivemos omissões

e descasos, pagamentos obstruídos, falta de diálogo; apenas por tentar dar continuidade ao projeto **Cultura na Escola - Série Concertos Internacionais**. O projeto, vinha sendo realizado com respeitável tradição, em parceria com o Governo do Estado, representado pelas Secretarias de Educação e Cultura.

Foi o fim de um projeto que a comunidade de Vitória perdeu, mas dificilmente deixará de existir nos anais e no registro da memória cultural do ES.

Vale relembrar um dos Sermões do Padre Antônio Vieira “... nenhuma coisa desse mundo para ou permanece, todas passam e tudo passa {...}, pois nada é mais veloz, fugitivo e instável do que o tempo... tão instável que nenhum poder, nem ainda o mais divino pode pará-lo”...

O tempo passou!..., mas, nenhum poder poderá apagar os nossos feitos; tivemos uma participação forte na história cultural do Espírito Santo e na vida útil do Theatro Carlos Gomes, o nosso precioso patrimônio.



Através da Ponte

ÍTALO CAMPOS

Psicanalista. Poeta. Pertence à AEL, cadeira 31.

O meu coração é um continente. Mas não um continente parado, pesado. É um continente em movimento, flutuando em mar oceano, assim como um barco a vela, silencioso, aportando por aí. Quando menos se espera, está ele lá atracado ao cais, ao cais improvisado da vida, curioso que é. Capaz de conter tantos rostos e rastros, tantas histórias e memórias, este meu coração foi crescendo, crescendo tanto, que precisou fazer ponte. Teve que arranjar um espaço-tempo reservado onde ali colocasse somente aquilo que fosse escolhido, colhido com atenção e cuidado como se escolhe, por exemplo, um caju na árvore imensa, que apresenta, desde o fruto verde e azedo, o fruto já comido por periquitos famintos, até o fruto maduro. Assim eu fui escolhendo os rostos, os traços, os gostos, fui escarafunchando minha memória, e guardando, num baú todo cravejado a ouro que meu avô tinha fincado aqui no meu coração, justamente para este propósito. Dizia ele, vá, viaje e veja, experimente e aventure-se tenha coragem e muito medo, mas viaje! E desde esse tempo eu já viajava nos mapas dos livros escolares. Meu coração navegava por rios, saindo de Goiás, e, por junção, adoção e companheirismo, terminava por chegar ao mar. Incansável, meu coração seguiu por terra, em estradas de rodagem ou ferrovia, traçando curvas e retas, prosseguindo por destinos indefinidos mundo afora no mapa. Parafraseando a poeta Alice Ruiz, que loucura era viajar ali parado!

Um dia fui de verdade. Da janela da jardineira do Expresso Braga, via que as árvores passavam tão rapidamente que o compasso dos olhos alterava os passos do coração. E, andando por este expresso que depois virou 2222, meu coração se confundiu com as estradas, com as moradas, com as serras, com as namoradas, e foi ficando grande, enorme, gigante. Coração cheio de chagas. (E não de Chagas, que havia interrompido a viagem do meu avô). Meu coração precisava encontrar uma ilha. Um lugar como aquele do livro escolar, um montinho no meio do mar, com um coqueirinho e muita paz. Rodei, rodei e encontrei não apenas uma ilha, mas uma porção de ilhas. Uma grande, cheia de irmãzinhas menores, todas tão bonitas e calmas. Uma delas, a maior, com o nome de mulher, Vitória. Ali, meu coração-continente pediu para ficar. Assim o fiz. Construí uma casa para morar. E para facilitar a vinda das minhas visitas eu fui buscar um meio de ligação entre a minha ilha e o continente. As estradas do meu coração estavam todas abertas, faltava a ponte.

Fui buscar longe, bem longe, uma pessoa que tivesse a alma de um artesão, a visão de um artista, para que construísse uma ponte que desse passagem aos de bom coração, que se integrasse à paisagem de uma ilha pequena que fora visitada por um príncipe, e para que pudesse adentrar por Vitória em suas sinuosas curvas e enseadas. Margeando o mar, seria preciso expandir, pelo olhar, o infinito das águas e a solidez dos morros cobertos de mata.

Baixemos a âncora e revivamos um pouco de história: em 1927, ainda se observava a falta de uma ponte que assegurasse o acesso do continente à ilha de Vitória. Florentino Avidos, que era carioca, engenheiro do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas, havia se mudado do Rio de Janeiro para Cachoeiro do Itapemirim, tornando-se o Presidente da Província entre 1924 e 1928, tendo-se revelado um administrador e empreendedor que ficaria na história. No seu governo iniciam-se obras em todo o Estado como, por exemplo, o Porto de Vitória e a ponte ligando Vitória ao continente, ponte que mais tarde levaria seu nome. Fez construir a ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, que também o homenageou. Essa ponte foi inaugurada um dia depois da ponte de Vitória. Florentino Avidos tam-

bém é responsável pela construção da ponte sobre o Rio Santa Maria, em Santa Leopoldina, à época, uma grande cidade. Para a construção da ponte de Vitória, Florentino nomeou seu filho Moacyr Avidos, também engenheiro, encarregando-o, no ano de 1927 de acompanhar na Alemanha junto à Maschinenfabrik Augsburg Nuremberg a construção dos cinco módulos metálicos. Moacyr Avidos preparou-se para esta viagem, procurando a colônia alemã, já vasta no Estado, pois que aqui chegara em 1847. Os alemães ocuparam terras selvagens em Santa Isabel, distrito de Viana, subindo logo depois as serras para Domingos Martins, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Afonso Cláudio, organizando-se em torno de pequenos pedaços de terras e formando vilas, que mais tarde viriam a ser municípios. Os alemães e seus descendentes falaram dos costumes de sua terra ao jovem engenheiro, ensinaram as palavras necessárias para o desembaraço de um estrangeiro e sugeriram roteiro de viagem.

Os módulos metálicos encomendados vieram de navio e ficaram aportados ali perto no Porto de Vitória. A infraestrutura, os pilares, o escoamento de água e outras providências foram executadas por uma firma francesa. Cada estrutura era colocada em flutuantes, conduzidas para a posição desejada, e então se esperava a maré alta para que fossem deslocadas as grandes peças do flutuante para os pilares. Pode-se imaginar o espetáculo. De um lado e do outro do canal o povo se aglomerava e vibrava, com hurras e palmas, a cada módulo arduamente transportado. Em 27 de junho de 1928, uma grande festa com presença dos ilhéus e dos habitantes do continente aconteceu. Florentino Avidos inaugura, atravessando de automóvel, a ponte. Um pequeno cortejo motorizado o acompanha pelas Cinco Pontes; logo depois um mar de gente.

A ponte tão esperada estava ali, materializada. O povo que vivia na ilha sob o olhar de Nossa Senhora da Penha dali de seu Convento poderia agora acessá-lo por terra. A ponte passa a ser um símbolo de ligação, o signo da capacidade humana de fazer continuidades e de superar os obstáculos que a natureza apresenta. A ponte permitiria o trânsito de pessoas, assim como o tráfego de carros, de meios de

transporte como os de tração animal ou o bonde, de automóveis, e depois, mais tarde, de trem, vindo de Minas para o Porto de Vitória.

A ilha do Príncipe sofreu um surto de desenvolvimento; aterros foram realizados, ampliando-se sua área seca, fazendo com que uma outra ponte ficasse obsoleta, desnecessária e apelidada de Ponte Seca da Vila Rubim. Das Cinco Pontes tem-se uma vista esplendorosa, de manhã, ao nascer do sol. Apreciam-se a esplanada de Vitória, o porto, o ancoradouro dos catraieiros, as curvas do Forte São João, e, do lado de Vila Velha, vê-se a povoação do bairro Paul. Mais adiante o majestoso granítico Morro do Penedo, uma formação rochosa que avança de Vila Velha para Vitória, com 136 metros de altitude e que se tornou hoje uma referência turística de Vitória.

No pôr do sol, virando-se para o outro lado, aprecia-se o bairro de Santo Antônio e seus morros, como o Alagoano, o Morro do Quadro, Mário Cipreste; na outra margem, avista-se Cariacica com seus mangues. Vê-se também a ilha da Pólvora, conhecida também como Ilha dos Leprosos e Ilha do Medo, uma das ilhas que compõem o arquipélago de Vitória, e pode-se, lá longe, avistar o Mestre Álvaro. As Cinco Pontes foi, do lado sul da cidade, a única entrada até 1979, quando se inaugurou a Segunda Ponte. Hoje a cidade conta com sete pontes: Florentino Avidos, Segunda Ponte, Terceira Ponte, Ponte da Ilha do Frade, Ponte de Camburi, Ponte Ayrton Senna e Ponte da Passagem.

A primeira ponte ou Ponte Florentino Avidos propicia hoje, para quem chega a Vitória pela rodoviária, situada em parte mais baixa ao lado da ponte, especialmente à noite, um visual deslumbrante graças à iluminação planejada para destacar as suas curvas e recortes, como numa tela abstrata. De dia, principalmente no verão, adolescentes que comem luz, vindos das proximidades, saltam do alto de seus arcos semicirculares, lançando-se com asas invisíveis sobre o braço de mar e sumindo nas águas salgadas como sereias ou botos da Costa Capixaba. E meu coração navegante, com medo, vibra e mergulha com eles.

Lohengrin e outras valsinhas ao eterno

ITALO SAMUEL WYATT

Advogado. Poeta.

*“Sim, se não for pra sempre
Vai ficar pra sempre
Que a gente lembrar...”
(Oswaldo Montenegro)*

Doravante, cantaremos ao amor. Doravante, cantaremos em terceira pessoa, no infinitivo do plural. Cantaremos a Alva que nasce delicadinha e miúda, por descuido de Anchieta. Cantaremos aos três séculos besuntados de salivas e unguentos, às orquídeas e rosas brancas, às geometrias barrocas das notícias amorosas.

A uma polegada de distância do Palácio de Estado e da Academia Espírito-Santense de Letras, no Centro de Vitória do Espírito Santo, há a Igreja de São Gonçalo.

O transeunte sensível percorre uma partitura de filarmônica experiente. As fortes notas de Bach que estremece as escadarias amarelas tornam-se harmonias de pintassilgos e querubins ou sonatas do flautista de Hamelin, a medida em que se aproxima do Templo Sagrado. Cantares de Salomão perfumam os ares com fragrâncias de maçãs e uvas-passas.

Outrora, nesse espaço havia uma capela consagrada a Nossa Senhora do Amparo e Boa Morte, construída pela própria Irmandade. Em 1715, todavia, o Bispado permitira edificar uma Igreja dedicada a São Gonçalo Garcia. De pedra e cal ergueu-se a mais delicada sede

religiosa da Capitania de Vasco Coutinho. O trabalho lapidado em forma arquitetônica barroca concluiu em 1766. Seus portais e janelas em azul-cáspio convidam às hóstias e profecias celestes que espriam no mortal a incorruptibilidade da fé. Seus desenhos monumentais entalham no ser humano o selo do Divino. Suas estátuas e imagens violam os baús da insensibilidade. As lágrimas de candura e mistério rolam nas faces iluminadas por Deus Nosso Senhor.

No Altar-mor de madeira, há as duas maiores preciosidades do Espírito Santo: a imagem de Santo Inácio Loiola e São Francisco de Xavier. Cada qual em seu lado sacro, comunicam-se desde o século XVII por línguas estranhas e irreveláveis aos homens. O silêncio responde mais que todos os burburinhos e tremores de guerra que assolam o Planeta Terra.

A Igreja de São Gonçalo é, na tradição popular e graças a uma lenda mediocrementemente lírica, a Igreja dos casamentos duradouros e felizes. Quase que diariamente seus sinos badalam núpcias cravando a linha fecunda da fidelidade e entrega na epiderme dos dias comuns. Por isso, é a queridinha de todas as noivas da Capital. O Feminino, por gorjear sempre pelo rastro de Eros, espera anos para entrar com véu e grinalda nas possessões de Gonçalo.

O Amor é colcha de retalho, é um sonho breve dos que vivem, é roupa que descansa enquanto a cama arde, freneticamente. Nada é eterno e Cronos desdenha das ilusões humanas com sua boca murcha e desdentada. Nos delírios piegas é que forjamos uma canoinha para longe daqui. Solidão é condição humana. Ir à “terceira margem do rio” acompanhado pela parte desejada é mais que um te deum, é o próprio Deus benzendo a felicidade candeieira. Assim seja!

Alheamento dos moradores com relação ao patrimônio histórico do próprio estado

JÔ DRUMMOND

Escritora. Doutora em Letras. Pertence à AEL, cadeira 32.

Cerca de duas décadas passadas, Márcia Pace, proprietária de uma agência de turismo em Belo Horizonte, veio conhecer o potencial turístico do Espírito Santo. Sugeriu-lhe que visitasse o conjunto arquitetônico jesuítico de Nova Almeida, que engloba a igreja e a antiga residência dos jesuítas.



Como eu havia frequentado muito esse local, como aluna do Centro de Artes, durante os Festivais de Verão organizados pela Ufes, passei-lhe diversas informações captadas nas aulas de História da Arte, como por exemplo, a construção inicial, feita por índios tupiniquins, sob o comando do padre Brás Lourenço, em janeiro de 1557. Mencionei as diversas expansões e restaurações havidas no conjunto arquitetônico, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1943, e que atualmente está muito bem preservado, pelo poder público.

Frisei a simplicidade do estilo arquitetônico português daquela época, o Estilo Chão, marcado pela economia, pela praticidade e pela austeridade das formas. Acrescentei que, para aumentar a durabilidade (a igreja era para sempre), a construção foi reforçada com pedras de recifes, argamassa de barro, areia, cal de conchas de ostras e óleo de baleia.

Disse-lhe também para examinar atentamente o retábulo entalhado em madeira de lei, finalizado por volta de 1700. Trata-se de uma das principais esculturas de interesse histórico no Espírito Santo. Parte de sua policromia se perdeu, com o tempo. O que restou dela foi indevidamente raspado, por pessoas inescrupulosas. Seu traçado, com estética europeia, foi feito possivelmente por algum padre jesuíta, mas a execução muito provavelmente se deve a índios locais. No centro desse retábulo, vê-se uma das peças mais antigas da arte sacra brasileira, uma pintura a óleo sobre painel de madeira representando a adoração dos Reis Magos, atribuída a Frei Belchior Paulo. Nas laterais, há duas serpentes coroadas, decoração assaz inusitada para um templo católico, considerando a simbologia negativa da tentação de Adão e Eva. Nossa professora de História da Arte, Almerinda Lopes, justificou o disparate, dizendo que, sendo a serpente um dos ícones venerados pelos índios, teria sido, provavelmente, uma maneira de aproximá-los da religião. Frisou a singularidade do motivo decorativo, único no Brasil e quiçá no mundo, dentro de uma “casa de Deus”. Existe uma lenda de que a alma dos índios que trabalharam na construção da igreja está presa no retábulo do altar.



Após receber todas essas informações, a agenciadora de turismo se dirigiu a Nova Almeida. Ao chegar próximo ao local, abordou uma moradora, que estava assentada em um banco diante de sua própria casa, a poucos metros da edificação e lhe perguntou se se tratava da igreja dos jesuítas.

- Ah dona! num sei não! Moro aqui há mais de vinte anos e nunca vi nenhum jesuíta por aqui não.

Abismada pelo alheamento da moradora, minha amiga quis saber por que o poder público não providenciava cursos informativos aos habitantes da cidade. A seu ver, a população local devia ter ciência da relevância histórica desse conjunto arquitetônico, uma das principais edificações jesuíticas brasileiras e também uma das que menos sofreram intervenções mais de quatro séculos de existência. Infelizmente, Márcia voltou para Minas sem a devida resposta.

Sabe-se que a residência/colégio dos padres, construída em 1615 junto à igreja, abrigou a Câmara da cidade, em 1760 e, posteriormente, cedeu espaço para a cadeia pública. Na década de 1990, como já foi dito, abriu suas portas para os Festivais de Verão, durante os quais, os cursos teóricos muitas vezes eram ministrados dentro da nave da igreja, na parte posterior e superior, reservada ao coro. As oficinas de pintura, xilogravura, desenho, escultura, fabricação de tintas, entre outras, eram ministradas no pátio interno, nos corredores e nas dependências da antiga residência dos jesuítas.



Estando situada no ponto mais elevado da cidade, tem-se, do segundo andar, uma vista panorâmica. Do alto da colina, olhares se deitam sobre quatro paisagens distintas e se deleitam: ao sul, palmeiras imperiais decoram há séculos o adro da igreja; ao norte, as vagas se desfazem e se refazem, sem cessar, no encontro tumultuado das águas do rio Reis magos com o oceano; a leste, o mar aberto, infinitamente azul, se mescla ao céu, incitando a travessia; a oeste, montanhas misteriosas, sinuosas, debruam o horizonte.

Do campanário, durante os festivais, nós, alunos do Centro de Artes da Ufes, ávidos pelo Belo, apreciávamos o movimento das palmeiras sob a brisa marinha, o rumor das águas, o calor da praia, o frescor das montanhas... estendíamos o olhar pelas quatro ventanas, tentando fixar, em diversos tipos de suportes, instantes epifânicos, sinestésias que se furtavam às câmeras, sensações impossíveis de serem fixadas em simples papéis fotográficos.

Reta da Penha

JOANA D'ARC BATISTA HERKENHOFF

Professora e escritora. Doutora em Letras.

Foi uma surpresa avistar o Convento ao final da reta que parecia ter sido desenhada como um tapete estendido até os pés da Santa da Penha. Outra grata surpresa foi descobrir que tinha sido o povo daqui que apelidara a avenida, Nossa Senhora da Penha, de batismo, de Reta da Penha. Tudo isso em conversas, nos idos anos 80 em que eu, mineira recém-chegada, estudante do curso de Letras da Ufes, desvendava a cidade e seus contornos ocultos de ilha. Gostei também da poesia de outros nomes como Curva da Jurema, Pedra dos Olhos, Morro do Moreno e de tantas outras penhas que adornam esse estado a que Ziraldo chamou inspiradamente de ateliê de Deus.

Enquanto o carro desliza pela faixa da esquerda, rumo ao centro da cidade, ponho-me a imaginar quantas pessoas compartilhariam comigo experiência parecida. Não que o número seja importante, mas nesse caso permite a compreensão dessa memória não apenas como uma experiência individual, mas como uma experiência coletiva, que inscreve a avenida, seu nome, a vista que ela proporciona, no rol do que podemos denominar de patrimônio cultural capixaba. Mais que patrimônio material ou imaterial, penso que é patrimônio espiritual da cidade-ilha, a reta que executa a difícil peripécia de atravessar o corpo exíguo da ínsula por quase três quilômetros e ainda proporcionar a comovente vista.

Logo depois da Ponte da Passagem avisto à esquerda o prédio modesto que abrigou o Teatro Galpão à direita o templo faraônico de

uma dessas igrejas neopentecostais a esquerda os prédios brancos da Escola de Medicina Santa Casa de Misericórdia atrás o IML logo à direita a Rua das Palmeiras sem palmeiras ou sabiás.

Lembro-me de um bar na Reta da Penha que tinha o nome de Convento. Ou seria Com Vento, em referência ao vento andejo que varre a ilha, despenteando cabelos e saias? São muitas as histórias que passam por essa avenida que de caminho estreito de onde se ouvia o mar tornou-se um dos eixos de ligação entre a ilha e o continente, entre o passado e o futuro da cidade.

A digressão abrevia o tempo e a avenida se assusta! Pede desculpas a meus devaneios e ligeiramente, disfarçadamente, talvez, se curva para a estrutura de aço e vidro, que impera sobre sua servilidade.

Me enveredo pela curva, atrapalhando-me ao tentar retomar a reta, sob a buzina dos outros motoristas, a que respondo enfaticamente em duplo protesto: contra a intolerância usual no trânsito e contra a cidade que permitiu a inclinação da reta. Não teria havido protestos? A população foi ouvida? Um conselho de urbanismo teria se reunido para discutir alternativas que preservassem o patrimônio paisagístico da cidade e sua história? Sinto-me, nesse momento, povo daqui e me rebelo, com esperança de que o dano possas ser revertido. Sinto uma ternura pelo rosa e azul um tanto blasé da bandeira que quase chamo de minha, pois penso que bandeira não é mortalha, nem cerca, bandeira é pra quem carrega e, nesse momento, minha bandeira liberta e confia, trabalha e desconfia.

Com esse sentimento, desejando ouvir o som de Silva, volto à parte que resta da reta, com o tormentoso congestionamento que lhe dá um certo charme cosmopolita e, soltando o freio da imaginação, pego-me instando à avenida que reaja e se aprume ou que um cataclismo desses de filme de ação erga a estrutura negra de asfalto, recompondo o traçado original da Reta da Penha.

Patrimônio Cultural

JOSÉ AUGUSTO CARVALHO

Professor e escritor. Doutor em Letras (USP).

A respeito de patrimônio cultural, eu poderia falar dos muitos museus do Espírito Santo: o da Vale, com seu trezininho em miniatura numa das salas, a provocar o encantamento de crianças e adultos, e o trem de ferro, estacionado no pátio, a lembrar os tempos nostálgicos da maria-fumaça; o Mello Leitão, dos colibris, em Santa Teresa; o do Colono, em Santa Leopoldina; os históricos de Marataízes, da Serra, de São Mateus, de Itapemirim, de Castelo, de Alfredo Chaves, de Cachoeiro, entre outros; o Museu Solar Monjardim, o Museu Homero Massena... Mas prefiro falar de outros aspectos da cultura.

Cultura é sinônimo de civilização, quando significa um conjunto de fenômenos que caracterizam um povo ou uma nação, ou o conjunto de sinais característicos do comportamento de um povo, retratados na língua nativa. Uma vez um francês me perguntou o sentido de um verso de uma canção divulgada por Elis Regina: “A tarde caía como um viaduto”, comparação que ele acreditava ser no mínimo uma piada... Aí entra o conceito de civilização: ele desconhecia a queda inesperada do viaduto Paulo de Frontin, no Rio, no início da década de 70, no século passado. Um dos bolos de natal, em Portugal, chamado bolo-rei, tem seu equivalente na França, com a “galette”. Dentro desse bolo esconde-se um presente. Um tradutor brasileiro do português para o francês, que desconhecesse a tradição, traduziria como “cadeau” o presente embutido no bolo. No entanto, esse presente se chama “fêve”, coisa que apenas o conhecimento da

civilização francesa ajudaria o tradutor. É o conhecimento da civilização que permite entender trocadilhos como “mi-temps” e “mitan”, de pronúncia idêntica, constantes de uma piada; o primeiro termo se refere ao primeiro ou ao segundo tempo de um jogo; o segundo se refere ao meio de algo, como numa canção folclórica que fala no “mitan du lit”, em referência ao meio do leito de um rio, mas a anedota se refere ao “mi-temps du lit”, em referência a um ato sexual.

Cultura também pode significar o conhecimento ou o acervo intelectual, individual, num domínio particular, que enriquece o espírito e apura o espírito crítico. A pessoa que tem esse conhecimento se chama “culto”. Um brasileiro culto não pode desconhecer, por exemplo, as obras principais de Machado de Assis, mas continuará sendo considerado culto se desconhecer qualquer um dos livros de José Sarney.

Quando se fala em ambiente cultural, pensa-se logo na Europa, com seus museus, teatros, óperas, filmes e obras literárias, e nos seus povos multilíngues, habituados a ler, a ouvir música erudita, a pensar. Não à toa, o Brasil é visto como uma república bananeira, cuja população, na sua maioria, não sabe escolher seus representantes, reelege corruptos (embora dizendo desejar políticos honestos) e ainda por cima idolatra, quer para presidente, venera e considera herói um criminoso corrupto condenado à prisão; uma república bananeira cuja administração menospreza a educação, o ensino, os museus e universidades, e favorece e mantém os privilégios da elite política e judiciária.

Apesar disso, existe uma pequena e humilde parcela da população que não só insiste na cultura e investe no patrimônio cultural do país, mantendo e transmitindo suas tradições, mas também constrói seus valores e patrocina a sua grandeza. Não me refiro a artistas e intelectuais que, apesar do governo, sempre dedicaram sua vida às artes, à educação, à manutenção do seu patrimônio artístico e cultural, antes jogado às moscas e hoje jogado às chamas. Refiro-me a artesãos, a pescadores, a operários de construções humanas. É deles que fala o folclore, que também é arte e cultura.

Antes do aterro que acabou com a Praia Suá (que manteve apenas o nome), havia a pesca de arrastão em frente ao hospital São

Pedro, que distava poucos metros da água do mar. A rede era puxada, trazendo dezenas de peixes que eram levados às peixarias da rua do hospital (rua Almirante Tamandaré). Sobravam os peixes pequenos, sem valor comercial, que, ainda saltitantes nos estertores da asfixia, nós levávamos, com autorização, para casa para fritar ou cozinhar. O arrastão da Praia Suá acabou por causa do aterro, mas é possível que, por amor à tradição, os pescadores a tenham levado para outra praia, talvez Camburi. Seria uma pena se a pesca de arrastão não mais houvesse.

Outra manifestação cultural que é patrimônio dos capixabas é o trabalho das paneleiras, que confeccionam panelas de barro nacionalmente conhecidas e valorizadas. Basta conversar com elas para saber onde recolhem o barro especial (não um qualquer), e como artesanalmente modelam panelas, potes, cinzeiros, vasos e jarras, com as mãos hábeis e habituadas à faina rotineira. As festas folclóricas, como o Bumba-meu-boi, os contos tradicionais, como o Negrinho do Pastoreio, as canções tradicionais como “ciranda-cirandinha”, por exemplo, tudo isso constitui a nossa cultura, nosso patrimônio cultural que felizmente independe do Governo, ou já estaria também destruída pelo fogo do esquecimento, da incompetência e do desleixo...

Duas palmeiras em uma

JOSÉ IRMO GONRING

Jornalista e Professor. Escritor.

Secou uma ponta de palmeira
na secular igreja do Rosário.

Agora, uma só verde cabeleira,
delata, à distância, o relicário.

Com tristeza aponto o fato,
que em jornal e TV não deu.

Palmeira que ao peroá
era escada para Deus.

Sem a ponta da palmeira,
o Rosário nem um terço é.

Quando seca na cabeça,
o mesmo se dá no pé:

se bem entendo, sem folha,
morre também a raiz.

Morre um pouco do Rosário
nesta memória que fiz.

Curva da Jurema em três atos

JOSÉ VANDIR NUNES

Escritor.

FIM DE VERÃO

Patrícia chegou à praia da Curva da Jurema com pequeno atraso, mas Duda ainda não chegara.

- Sempre impontual, mas não importa!

Estendeu a toalha na areia, e, ajustando o biquíni, deu uns passos em direção ao mar, cuja maré estava subindo.

Num gesto romântico, riscou com o pé um coração com o nome DUDA no centro, e voltou para seu lugar.

- Ou o mar ou Duda! Quem chegar primeiro ao meu coração leva! Falou baixinho.

Era possível que ficasse sozinha, com o tempo passando, o mar subindo em direção ao tal coração e Duda nada. E, se não viesse, seria apenas o término de mais um verão que estava chegando ao fim, e de um caso de amor, se assim pudesse ser considerada sua aventura.

- Uma latinha, Madame?

- Por que não? Vai ajudar a passar o tempo! E riu do “madame”, ela, maravilhosa nos seus vinte e dois anos, porem “Madame” e “Doutor” são tratamentos carinhosos dos diligentes ambulantes da Curva da Jurema, com suas cervejas geladas.

Como um aviso, já na segunda latinha, a onda, que se aproximava do tal coração, recuou, como um último suspiro, e voltou com força, engolindo tudo.

- O tempo acabou! Vou embora, estou de carro e não vou beber mais!

Ao deixar a praia, sozinha, ela se sentiu em paz e sem mágoas.

- Melhor assim! Sou jovem, bonita, com muita vida pela frente, e certamente encontrarei outra mulher mais fiel que Maria Eduarda.

VOCÊ JÁ NAVEGOU DE STAND UP?

A praia da Curva da Jurema é cercada por ilhas e praticamente não tem ondas, sendo excelente para esportes com pranchas e remos.

Cruzando a Ponte da Ilha do Frade e entrando na praia, enquanto caminhava avistei uma barraca com uma grande placa:

- Aluga-se: Caiaque, Boia e Stand Up.

- Uai! No Village, em Nova York, tem muito show tipo Stand Up, onde um só comediante, em pé no meio do palco, anima uma grande platéia, e se o ator for bom, o custo benefício é excelente.

Resolvi verificar o que era, perguntando a uma jovem que estava na barraca arrumando alguns coletes salva-vidas:

- Como é mesmo o “Stand Up”?

- Veja esta prancha aqui ao lado, mostrou. É só colocá-la na água, subir, equilibrar e utilizar este remo para movimentá-la! Fácil! Mas se não souber nadar, é prudente utilizar o colete salva vidas. E completou:

- Você quer experimentar?

- Agora não, falei, gostando da expressão “você”, em vez de “senhor”. Vou ver primeiro como o pessoal navega. Mas nadar eu já sei, conclui!

- Você deve ser Mineiro, brincou! Quando tiver coragem, venha!

- Devo voltar, sim!

Saí e enquanto caminhava, pensei:

Imagine se começo a navegar, e por distração ou falta de prática me distancie da praia. Aí, uma corrente marítima, como a que trouxe as caravelas de Cabral até Porto Seguro, cisma de conduzir a prancha

para outros mares. Daí, posso bater lá no Morro São Paulo, ou mesmo mais acima, até a Praia da Barra, em Salvador, um cantinho de praia delicioso.

Seria um passeio inesperado, porém, como sou um marinheiro de terra firme como os Velhos Marinheiros de Jorge Amado, é melhor ficar por aqui mesmo, contemplando os “Stand Ups” e tomando uma cervejinha num dos quiosques, sempre movimentados.

- E seria muito complicado mandar a prancha de volta para Vitória, diria nosso amigo espírito de porco.

PESCADORES FILÓSOFOS E MATEMÁTICOS

O torneio de pesca amadora de arremesso, na praia, consiste em se posicionar os pescadores, devidamente identificados e numerados, em frente ao mar, com espaço suficiente para cada um arremessar seu anzol.

A pontuação, envolvendo a quantidade, tamanho e peso de cada peixe, é controlada pelos pescadores adjacentes, e os resultados lançados nas planilhas individuais.

Num sábado à tarde, na Curva da Jurema, ocorreu um desses torneios, com cerca de cinquenta pescadores, e tudo estava perfeito: maré subindo, mar tranquilo, sol ameno, peixes com certa fartura, e as tradicionais brincadeiras quando alguém fisgava uma piabinha e a trazia com todo carinho, pois contava como mais um peixe capturado.

Tudo em paz, até que inadvertidamente, um pequeno cardume da espécie Pampo se aproximou dos anzóis dos grupos 5º ao 10º, e foi aquela farra, com vários peixes idênticos sendo capturados, para inveja dos outros competidores.

Os pescadores de números sete e oito, novatos no grupo, fisgaram esses peixes simultaneamente, e ao puxarem os anzóis, as linhas se embaraçaram, sendo recolhidas juntas, cuidadosamente.

Quando chegaram à praia, um dos peixes se soltou, e enquanto alguns ajudavam a impedir que ele voltasse para o mar, outros seguravam o outro, tirando-o do anzol.

Findo o problema, surgiu outro:

- De quem é o peixe maior?

- Creio que é do meu nobre colega, falou um deles, pois ele arremessou o anzol um pouco além da distância do meu arremesso!

- Pelo contrário! Você tem pescado peixes maiores que os meus, e, portanto, pela lógica, o maior é seu!

- Não seja por isto! Eu me contento com o menor, que é uma ótima espécie de Pampo amarelo.

- Vocês estão sendo muito filósofos! Parece que leram muito Machado de Assis na juventude! Porem, como sou matemático nas horas vagas, vou resolver o problema, falou um terceiro pescador.

- Vou somar o peso dos dois peixes e multiplicar por dois, pois temos quatro indivíduos entre gente e peixe. Daí, divido por quatro, e teremos a fração ideal para cada um. Ok?

- Ok! Penso que é uma sábia decisão!

- Sem dúvida! Eu também concordo.

Assim foi feito e a paz continuou a reinar, mostrando como é bom existirem pessoas, que além de pescadores, são filósofos e matemáticos.

Para Regina

MAÍRA CABRAL PICCIN

Jornalista e Cronista.

Ele estava lá, entre romances, roteiros, biografias e coleções de fotos do cinema dos anos 20. Perfeito estado, só um pouco de poeira. Não tinha tempo para ficar folheando os livros e deixar quem me acompanhava sem paciência, mas percebi que a dedicatória, um tanto difícil de ler, foi rabiscada pelo próprio autor. “Para Regina, querida amiga. Espero que você curta esta viagem, foi minha e nossa. Com amor, Paulo.”

Pergunto o preço ao livreiro, já tirando as notas da carteira. Desperdiçando a oportunidade de ficar calada – falar pouco não me protege de falar besteiras –, questiono, sem esperar resposta, como alguém poderia se desfazer de um título dedicado por quem o escreveu. Segundo de silêncio e um sorriso um tanto triste. “É que era da minha irmã. Ela morreu e eu fiquei com os livros dela. Ela e o Paulo eram amigos e você está levando um pedaço da minha família.”

O “obrigada” sai automático. Gafes me deixam zonza. É janeiro, final de tarde, e venta quente no Centro de Vitória. Paro na calçada, tomada tanto por quem corre para pegar o ônibus e voltar para casa quanto por quem, com menos pressa, procura um lugar na boemia. Eu, enquanto isso, fico esperando que alguém apareça e me diga que não, que não é justo o que eu estou fazendo, que vinte e cinco reais não me dão o direito de me meter numa família, numa amizade, numa viagem que não a minha. Por que os manuais de etiqueta não disseram ainda que é deselegante se intrometer com os livros dos

outros? Eles não são xícaras de açúcar ou ferramentas que se emprestam a vizinhos. As pessoas a quem empresto os meus sabem que faço com receio.

Está certo, confesso, é má vontade mesmo. Dividir livros é prova de confiança que não raro arranha a nossa paz. Me dei conta disso no dia em que meu avô, em sua casa, me surpreendeu com o comentário de que esperava a visita de um vizinho a quem tinha prometido emprestar um livro antigo, de um autor inglês não muito conhecido. Não pensava que ele pudesse deixar alguém fazer parte de nosso clube particular. Engoli, porém, a raiva de neta mimada. Os livros eram dele e, o egoísmo, meu.

A ideia não me agradava. Foram anos ouvindo “pode pegar, desde que volte para o lugar” até poder sair com o que quisesse da biblioteca daquele leitor compulsivo. O vizinho, porém, não apareceu, e o meu reinado continuou inabalado, quase despótico, fortalecido por volumes que ainda que vovô insistisse em manter em sua estante – ao lado de um relógio parado há anos, apesar de útil em lembrar que nada é eterno – eram comprados para mim. Sorria por dentro quando ouvia o “pode ficar com ele” quando lhe devolvia algum.

Hesito, mas a covardia me impede de dar meia-volta e restituir ao moço o pedaço de sua família. Vou embora. No meu quarto, folheio o livro, coloco-o junto aos outros e começo a esperar que um dia me chegue coragem para abri-lo.

Petrimônio

MARCOS TAVARES

Pertence à Academia Espírito-Santense de Letras, cadeira 15, autor de GEMAGEM, poemas e de “No escuro, armados”, contos.

Bairro tradicional, eminentemente católico, com quase todas as ruas a homenagear santos, a Vila Rubim é lugar que, em idos tempos, muito se destacou com o seu próspero comércio (hoje substituído por Campo Grande, em Cariacica), com suas festividades, com seus emblemáticos estabelecimentos — qual o Bar Mar-e-Terra, o Bar Santos —, e com as suas construções imobiliárias em variados estilos. Uma dessas construções é o imóvel denominado “Castelo de Pedra”.

Elementos abundantes em todo o planeta Terra, rochas são, desde os primórdios da Humanidade, a pedra fundamental de todas as habitações construídas. Moradia feita com granitos e com outros similares elementos — estes, amontoados em encaixes — transformaram-se em exemplos de resistência contra vários adversos fatores. Naturalmente mais frias em seu interior, em clima tropical muito refrescam as altas temperaturas ambientais. Sua imponência lembra os antigos castelos.

Quanto a esse da Vila Rubim, localiza-se no ponto médio entre o que, outrora, fora a sede do Clube Americano e o que fora a sede do Estrela Futebol Clube (esse, sob direção do incansável líder Flávio, mantinha a “Azul e Branco Escola de Samba Império da Vila”, um embrião da atual entidade carnavalesca denominada “Novo Império”). Situando-o melhor: entre as paralelas ruas Santo André e São Felipe. É de se supor que, pela proximidade com a Igreja de São

Pedro — fundada em 1923 —, tenha havido uma inter-relação com religiosos católicos, até servindo de lugar de pousada enquanto se administrava as obras, então em curso, da paróquia, a segunda da Arquidiocese de Vitória.



Quem pela rua São Jacob (misto de ladeira com escadaria) hoje passe, ali nessa Vila Rubim, pouco perceberá que, por detrás de um alto muro, ainda resistem de pé uns escombros. É onde, num passado, sob número 501, estivera erigida a aludida singular habitação. E esses vestígios muito se assemelham aos do Sítio Histórico do Queimado — um lugar que, na Serra (ES), na metade do Século XIX, encetou luta de escravos em busca da liberdade e, agora [2018], tornado um museu a céu aberto.

Meus pais, então recém-casados, para lá mudaram em início da década de 50. Nessa casa de pedra fui gestado, nasci, cresci e toda a infância passei. Eu e maior parte de minha irmandade. Consoante um poema meu (“Do linguajar das pedras”, no livro GEMAGEM), desde essa época é que converso com elas.

Um prédio quase todo feito de rocha granítica, bruta, recortada, talvez sob encaixe amalgamado com óleo de baleia, depois verticalmente acrescido por alvenaria (tijolos), assim possibilitando lar a três ou quatro famílias — a nossa, numericamente grande, logo expandiu-se por outras dependências do imóvel. E janelões dele mais pareciam portas.

De Mestre Adolfo, o nosso senhorio, proprietário do imóvel, dizia-se que alugava, de preferência, para indivíduos com atividade sindical: qual o era o meu pai (José Tavares), um ferreiro-serralheiro, homem de múltiplos instrumentos, filiado ao Sindicato da Construção Civil; qual Heráclito Fernandes, um portuário muito ativo no Sindicato dos Estivadores. Quiçá aquele cognome “Mestre” tivesse obtido no ofício de exploração extrativista de pedreiras — cá especulo. Meu tio Benjamim¹, alcunhado “Calceteiro” — por muito prestar serviço de calçamento de vias públicas, com preciso corte de rocha no geométrico formato paralelepípedo —, numa entrevista concedida a um hebdomadário², revelou que [aquele Adolfo] “talvez tivesse nas costas o maior número de marcas de chibatas da Polícia e da reação [anticomunista, do Governo Getúlio], por ele estar sempre à frente dos trabalhadores nas suas lutas reivindicatórias.”

Para nós crianças, era o Mestre Adolfo a mais fiel imagem do Dom Pedro Segundo ou do Almirante Tamandaré, tal a efígie nas cédulas, dada a extensa barba já embranquiçada, à mão sempre uma bengala, os gestos severos, mas, brandos. Todo mês íamos — eu minha mãe — pagar-lhe o aluguel. Considerava-nos os mais fieis e pontuais pagadores, logo firmando em bela grafia um vistoso Recibo.

Seu domicílio situava-se numa espécie de sobrado num condomínio próprio, próximo ao Clube Náutico Brasil. E, numa dessas vezes, eclodido o Golpe de 1964, lá tivemos notícia do “desaparecimento” de um seu inquilino. Numa dada noite, levaram-no os agentes da repressão (“Já há uma semana”, declarou chorosa a esposa do infeliz).

Ação do tempo, ou de vândalos, pôs por terra a parte de alvenaria (tijolos) e até alguma constituída por rochas. Recordo-me que, em início dos anos 80, um Secretário municipal, um meu contemporâneo e vizinho nessa mesma rua, a mim prometera que a essa espetacular morada, antes de ela ir ao chão, ainda a tombaria ao Patrimônio histórico.

1 Benjamim Carvalho Campos, ex-Deputado (PC-ES), Constituinte em 1946, primeiro cassado com o Golpe de 1964, alcunhado “Calceteiro” — por muito prestar serviço de calçamento de vias públicas, com preciso corte de rocha no geométrico formato paralelepípedo.

2 In: Jornal **POSIÇÃO**: nº 57, dias 1º a 8/Junho/1978, Vitória-ES, “Ex-dirigente sindical enfia o cacete na Abertura”, pp.6-8.



E esse nosso então lar, pétreo lar, era exatamente cognominado, por outrem, de “O Castelo”. Por estar um pouco distante de outras moradias “normais” e por ter à frente uns arbustos e, pelos lados, árvores, angariava curiosidade de uns tantos passantes que, admirados, paravam a indagar, a especular a origem daquele rústico mas singelo monumento. Vez ou outra, já estava uma comissão de curiosos a espiar, hipotéticos, a até constranger o ainda puro menino então só preocupado com o seu mundo ficcional todo próprio.

Uns, mais antigos, afirmavam ter sido construída com esforço de escravos africanos sob tutela de padres, para servir de moradia a esses religiosos. Outrora, segundo outra versão, teria sido esse “castelo” uma casa de favores, com festiva clientela.

Entre o sacro e o profano, o petiz, num mecanismo de autoestima, preferia sempre a analogia também estabelecida com as fortificações medievais, com algum castelo da Transilvânia. E a toda misteriosa “Casa de Pedra” era, por si só, palco propício para história de condes e de princesas.

Para outros infantes rubinenses, por durante um bom período, um invejável castelão de ignota ascendência fui. A eles eu jurava que por lá transitavam, com habitualidade, tanto o Conde Drácula quanto o mágico Mandrake. E que grandes aranhas e até escorpiões eram-me amigos próximos. Reminiscência disso, mais tarde, redundaria em subsídios para a confecção de um texto (o conto “Fadações”, no livro “No escuro, armados”) em que, no reino do Rei Reinaldo, a sem-

pre desaparecida fada Aparecida, em malogradas buscas ao Príncipe Princivaldo, depara-se com castelo do híbrido Conde Mandrákula.

Só sei que, por obra dessa moradia, e pelo teatral garbo no falar, mal saí na rua e já ganhei temporário alcunha: “Conde”.

Confesso que, destarte algumas goteiras sobre a cama, ali vivi bem rica infância: com bastante fantasia, com muita aventura, com travessuras, com líricos momentos.

Uma “arte” era acondicionar em caixinhas de madeira, ganhadas do maleiro Seo Hermínio, mapas de fictício tesouro, qual fossem deixados por algum próspero pirata, desejando achadores após empreendida expedição em ávida busca. Também simulacros de cartas coloniais, introduzidas em vãos das tantas pedras da estranha Casa, eram manuscritos de Dom João VI, ou mesmo Princesa Isabel, para um destinatário do futuro. Se com datas mais recuadas, eram elas [as cartas] do próprio punho de Pedro Álvares Cabral, ou do Padre Anchieta, ou do Padre Nóbrega. Ainda com resquício daquele fantasioso menino que fui, hoje imagino a procurá-los [cartas e mapas] alguns dos mais afoitos membros do prolífico IHGES.

No bem florido quintal, ímpares borboletas, esvoaçantes, so-mavam-se ao colorido. Capturar libélulas sobrevoadoras na vala de água escorrida da bacia em que minha mãe lavava a roupa da casa era uma boa brincadeira. Também uma esquadra de barquinhos de papel, com formigas a bordo, constituía o cenário de uma batalha naval. Minhocas representavam enormes serpentes. Besouros vários, se com carapaça, eram combatentes com armadura, senão já um tanque bélico. Árvores leitosas, se apedrejadas, eram vacas a verter um líquido viscoso que, se espirrasse no olho, garantia ida ao Pronto Socorro — da Santa Casa de Misericórdia, ali perto. Plantar sementes e colher-lhe frutos na ainda que diminuta área satisfiziam ao espírito cientista do garoto.

Se à noite, rugido ou uivo do vento mil fantasmas produzia. Eram gemebundos escravos ainda a sofrer a dor do açoite. Cobertura com zinco, com telha e concretada, possibilitava diversa sinfonia natural, se chovia. Cada palmo de pedra era conhecido qual a palma da mão que, arteira, atrevia-se a escalar alturas onde brecha houvesse para a garra.

Com extremo apego a um jardim que cultivava, decerto por isso restara última moradora a Dona Maria Tardin, com a filha Natalina. De origem itálica, católica fervorosa, hábil cozinheira, seus apetitosos pratos — sobretudo bolos e doces — atraíam frequente visita da alta hierarquia paroquial, em especial o Padre Matheus Panizza, mentor das Obras Pavonianas. Falecida a Sr^a Tardin, filha mudou de lar.

Precárias condições, com riscos de desabamento, dada a ação de intempéries, tornaram-no inabitável. Possível inadimplência no pagamento de tributo municipal (IPTU) fê-lo retornar ao domínio da municipalidade. Esteve em vias de, literalmente tombado, ser transformado em instituto de recuperação de dependentes químicos, mormente de “pedras” — por ironia, de crack. Por temor a proximidade com elementos estranhos (os “noiados”, no vulgo dizer), a vizinhança, contestando, refreou o projeto social.

Qual o Bentinho [Bento Santiago], o machadiano personagem-narrador de “Dom Casmurro” que, triste e nostálgico, manda construir casa que imite sua casa de infância, na rua de Matacavalos, também eu, pudesse, reconstruiria a minha ali na ladeira São Jacó. Não podendo, a ela apenas uns versos em prosa dedico: “Ó, minha velha casa de pedra, prometeram tombar-te. E a tombaram. Guardavas memórias tantas. Meus manuscritos escondidos entre as frestas. À moda de cartas imperiais. Fui um conde, sim, fui um conde. Um nobre em traje de pobre.”

XL

MARIA DO CARMO CONOPCA

Professora e Escritora.

No Centro de Vitória, várias portinholas de sobrados antigos levam por suas escadas escuras a quartos compartilhados por putas pobres que cobram qualquer trocado para se deitarem com qualquer um. Quando estão novinhas, bonitas, recém-chegadas à profissão, cobram caro, fazem manhas e exigências às quais os clientes atendem babando de lascívia. As que estão no fim de carreira, porém, já se prostituem por uma pedra de crack, um resto de pinga, meio maço de cigarros – um inteiro se o serviço for completo. A meio caminho desse último estágio é que se encontra agora XL. Quando chegou à capital, fugindo do interior de Santa Maria de Jetibá, no entanto, era uma verdadeira potência.

A origem pomerana lhe brindara com a pele alva, os cabelos dourados, olhos de um azul claríssimo. Aos catorze anos, sua beleza rapidamente lhe rendera um namorado. O moço queria, ela queria, começaram a transar escondido. O pai de XL descobriu. Bateu nela até deixar em sua pele várias marcas roxas, marcas que depois ele mesmo passou a conferir, quase todas as noites, pelo corpo da filha. Tapava a boca da menina com uma das mãos e com a outra iniciava o estupro. Dizia a ela que, se não era mais virgem para um casamento, o direito era dele, do pai que a alimentou e criou. O proveito agora seria só dele. Se abrisse a boca, estaria morta.

A partir de então as madrugadas de XL foram de terror por longas semanas, até que ela conseguiu fugir de Santa Maria. A ideia da fuga se

instalou persistentemente desde o primeiro abuso por parte do pai. Tornou-se ideia fixa, obsessão, tinha de fugir dali, tinha de fugir. Vitória foi o primeiro lugar que lhe acenou como possibilidade. Queria conhecer o mar, mais que isso, afundar-se no mar, imergir em toda aquela água que diziam ser cheia de sal, para assim talvez sentir-se limpa.

Enfim, certa madrugada, XL fugiu. Chegando à rodoviária de Vitória viu-se atordoada com tantos ônibus, tanta gente, tanto vai-vém e tumulto; ficou longos minutos parada com a mochila da escola nas costas, levando suas poucas peças de roupa. Obviamente não sabia a quem recorrer nem para onde ir. Tentou organizar as ideias. Nada. Estava cada vez mais assustada. Começou a anoitecer e ela enfim tomou uma decisão, a pior de todas: saiu caminhando em direção ao Centro, cansada, tonta de fome, fugindo dos carros e ônibus ferozes, o olhar atento procurando uma nesga de mar, os ouvidos buscando distinguir entre o trânsito a música das ondas.

Andando chegou à região do Porto e parou num boteco frequentado por estivadores e marinheiros. De tão atordoada não percebeu o ambiente em que se metia. Entrou e pediu um copo de água no balcão. O atendente lhe estendeu um copo enebado com água da torneira. Ela bebeu, o estômago roncou alto. Um dos homens mais próximos percebeu a fome da garota, notou que obviamente não era da cidade, ofereceu a ela a coxinha fria e o ovo cozido da vitrine. Ela aceitou, comeu, sentiu-se melhor. Só então notou que já era noite fechada e que estava irremediavelmente perdida. O homem perguntou seu nome: – Gisele, respondeu. Ou achou que respondeu, porque sua pronúncia com sotaque pomerano soava indefectivelmente como “XL”.

Os homens do bar soltaram uma sonora gargalhada ao ouvir sua pronúncia. Seu próprio nome foi a primeira palavra que saiu de sua boca naquele dia fatídico, e ela o sentiu soar como uma sentença de sua sorte. Daquele momento em diante Gisele foi batizada com seu novo nome, o nome de puta que carregaria até o fim de sua vida desgraçada pelo Centro de Vitória: XL.

XL teve muita vergonha de seu nome, de sua origem, de sua história, de sua pronúncia. Baixou a cabeça e virou-se para sair, quando ouviu uma voz canalha dizendo bem perto do seu ouvido:

– Você tem que pagar o lanche, ô loirinha. Não vai saindo assim, não.

Percebeu que não havia mais o que fazer. Aceitou algumas doses de cachaça que os homens lhe pagaram, queria perder os sentidos, queria morrer. Perdeu os sentidos, mas sobreviveu. Acordou suja, com o corpo dolorido e machucado, num quarto escuro em que uma nesga de sol entrava violenta pela janela e ia direto para seus olhos. Barulho de trânsito. Sua mochila revirada no chão.

Levantou-se, lavou-se como pôde numa pequena pia, ajeitou a roupa e desceu as escadas estreitas. Viu-se de novo no meio daquelas avenidas que lhe davam tontura e medo. No meio de seu transe divisou ao longe a mureta da baía de Vitória, sentiu o cheiro de sal, pensou que finalmente veria o mar e tomaria seu banho de água salgada, o que mais queria naquele momento era um banho para tirar toda aquela vergonha do seu corpo.

Cruzando a avenida Jerônimo Monteiro chegou à mureta, olhou para baixo, viu muito lixo no meio da água escura do porto. Teve nojo. Achou tudo feio: feios os navios com seus cascos escuros, suas cargas obscuras, feios os guindastes e gruas, parecendo gigantes grotescos. Não viu ondas nem areia. Perdeu a vontade do banho de mar. De bonito só achou o Penedo, mas nem sabia que aquela montanha de pedra no meio das águas da baía de Vitória tinha nome.

O fluxo de pedestres a levou de volta às ruelas do centro, criadas de gente, barracas de camelôs, lixo, movimento, pontos de ônibus apinhados, pivetes e noias. Tinha fome e medo. Foi andando encolhida, tentando inconscientemente se proteger atrás da própria mochila. Ao passar perto de uma escadaria, não resistiu mais. Sentou-se nos degraus e desatou a chorar. Nesse momento foi notada por Dadá, uma prostituta velha e experiente da região; Dadá Boca de Veludo eram seu nome e sobrenome de ofício.

Dadá se aproximou com um cigarro na mão e um pacote de biscoitos na outra. Ofereceu os biscoitos a XL, sentou-se ao seu lado, calada, fumando. Farejava ali um bom negócio. XL agradeceu o lanche enquanto reparava a boca sem dentes, a cara vincada, o ar cansado de Dadá; notou entretanto suas pernas fortes e cambotas, mal

escondidas por uma minissaia de cor berrante. As pernas pareciam ser de outra pessoa, pensou XL. Dadá notou a curiosidade da menina, apresentou-se e se dispôs a ouvir a história daquela mocinha loura perdida.

XL estava assustada... foi narrando sua história para aquela desconhecida; contou-lhe todos os detalhes de sua vida até aquele momento. Quando terminou, Dadá já passava carinhosamente as mãos por seus longos cabelos, admirando aqueles fios de um dourado natural tão raro, parecendo cabelo de anjo. Dadá fez XL se levantar, abraçou-a pela cintura e ofereceu pousada à moça no sobrado em que morava, ali pertinho do Parque Moscoso. XL sabia que cada passo que dava naquele momento a estava levando para um caminho sem volta. Pensou no pai, teve ódio e esse ódio lhe deu forças para continuar.

Fez-se hóspede permanente no inferninho de Dadá. No princípio os homens faziam fila para conhecer XL, a moça loura como um anjo dos vitrais da Catedral. XL aprendeu tudo com Dadá: como fazer, o que fazer, quanto cobrar. De quais homens fugir, com quais ficar mais tempo que o permitido, porque com certeza pagariam pelas horas extras. Metade do dinheiro era de Dadá. XL sofria, mas foi se acostumando. Nunca mais deu notícias a sua família. Tentava esquecer quem era, de onde viera; tentava esquecer que havia tido uma história antes de chegar à casa de Dadá.

O único sonho que manteve foi o do banho de mar. Dadá prometia levá-la para conhecer a praia de Camburi e as prainhas da Ilha do Boi, mas nunca a levou. Não permitia que a moça saísse sozinha, a não ser para rodar pelo Centro, nas ruas próximas, para buscar fregueses. XL sonhava com a areia, a água fria, o vento, o barulho das ondas, o formato das conchas.

Alguns anos depois Dadá morreu. XL chorou a ausência de sua cafetina, sua protetora, orientadora e mãe de aluguel durante todos aqueles anos. Providenciou o enterro de Dadá Boca de Veludo e, já na saída do cemitério de Maruípe, enfim livre, decidiu ir até a praia de Camburi. Agora ia ver o mar de verdade. De algum modo, sabia que aquele era o dia. Estava determinada.

Voltou ao Centro, trancou o sobrado de Dadá e saiu. Seguiu a pé acompanhando o fluxo de carros. De repente tinha uma clara ideia do rumo que devia tomar. Reviu o Penedo, seguiu pelo calçadão da avenida Beira-Mar, alcançou a região da Prefeitura Municipal, da Praça do Papa, da Enseada do Suá... ficou deslumbrada com aqueles lugares da cidade que nunca tinha visto antes. Continuou andando, maravilhada. Enfim chegou à ponte de Camburi. Fechou os olhos, sentiu o vento, respirou fundo várias vezes, o cheiro de sal entrava forte pelo nariz, a maresia grudava na pele, o vento quase arrancava seu vestido azul. Os cabelos voavam alto como pipas, como se quisessem se soltar, fugir...

Não podia acreditar no tamanho do mar, na quantidade de água, na areia sem fim... naquela hora, a praia estava vazia. Em transe, XL ouvia o mar chamando seu nome. Tinha certeza. Com o coração disparado caminhou hipnotizada para a água, tinha pressa daquele banho desejado há tantos anos. Correu tropeçando na areia. Parou para sentir a primeira onda molhar seus pés; foi andando resoluta para dentro daquela água fria maravilhosa, inacreditável.

Uma pequena onda passou pelos seus joelhos. Deu um grito e uma risada assustada, como uma criança que vê o mar pela primeira vez. XL estava deslumbrada, girava na água, dava gargalhadas, queria mais, queria o gosto do sal, foi entrando e se sentindo cada vez mais feliz. A segunda onda atingiu sua cintura, a terceira a fez pular para não ser coberta pela água. Assustou-se um pouco, mas depois simplesmente se deixou conduzir pelo balanço daquelas águas...

As outras ondas embalaram XL e pouco a pouco a levaram para longe, cada vez mais longe, até o fundo do mar. XL não lutou; deixou-se conduzir com seu sonho, seus cabelos loiros, seu vestido azul; sua boca e seus pulmões finalmente repletos do gosto puro do sal do mar.

Na manhã seguinte virou notinha de jornal, sem direito a nome: “Corpo de mulher não identificada é encontrado preso em rede de pescadores na praia de Camburi.”

Os peritos do IML notaram que o cadáver parecia sorrir.
Era dois de fevereiro, dia de Iemanjá.

O Patrimônio cultural de Vitória precisa de mais atenção

MANOEL GOES NETO

Presidente do IHGVV e Diretor no IHGES.

O Dia Nacional do Patrimônio Histórico e Cultural, é celebrado todos os anos, no dia 17 de agosto. A preservação da nossa história e do nosso patrimônio é de grande importância para o segmento artístico e cultural. É nos lugares das nossas cidades, nos seus edifícios, na arquitetura e paisagens que nos identificamos, nos situamos e vivemos como capixabas.

A história só ganha vida quando, através do patrimônio, se reconhece como identidade de um povo, de uma nação, pois é a historicidade que desempenha o papel de diferenciador de cada cultura e etnia. O patrimônio pode ser material ou imaterial em vertentes históricas, folclóricas ou ambientais. Quando unidas, todas essas categorias são como pergaminhos que remontam à História e à Cultura de um determinado povo.

No Espírito Santo, salvas algumas iniciativas episódicas, muito pouco se faz para preservar o patrimônio arquitetônico capixaba, razão pela qual temos uma quantidade irrisória de imóveis antigos para atestar nossos quase quinhentos anos de história, ao contrário de Minas Gerais, por exemplo, que é um Estado muito mais novo e aparenta mais “antiguidade”, apenas porque preservou o seu casario colonial. A situação só começou a mudar no Espírito Santo a partir da criação do antigo DEC (Departamento Estadual de Cultura) e do

Conselho Estadual de Cultura, que providenciaram o tombamento de diversos imóveis históricos do Centro Histórico de Vitória e de cidades como Muqui e Santa Leopoldina. Em 1996, demos um novo e vigoroso passo adiante com a instalação da superintendência local do IPHAN, que chegou a funcionar algum tempo no bicentenário Solar Monjardim e hoje agrega a responsabilidade maior pelo processo de preservação.

O Museu Solar Monjardim é considerado como a mais antiga construção rural particular do período colonial capixaba, tendo sido sede da fazenda Jucutuquara. É um “museu casa”: já que foi uma propriedade privada em sua origem, conta com acervo muito diversificado que tenta reproduzir detalhes do cotidiano da época. É um solar do final do século XVIII e foi construído no final da década de 1780. É preservado para reconstituir uma residência rural de família abastada no século XIX. Desde a década de 1940 o casarão foi transformado em museu. Solar é uma casa de origem de família nobre/residência de luxo e conforto antiga.

Da iniciativa privada também vieram algumas contribuições, uma delas de peso, vinda da Companhia Vale do Rio Doce, que restaurou a Estação Pedro Nolasco e a transformou no Museu Ferroviário Vale, um excelente espaço de cultura e arte, com agenda intensa de eventos artísticos e culturais importantes. Acreditamos ser muito importante a participação das empresas privadas nos projetos culturais nas cidades.

Voltemos um pouco na história para entender o que é considerado patrimônio histórico. Em 1937, em plena ditadura de Getúlio Vargas, foi baixado o Decreto-Lei nº 25, determinando que os patrimônios eram aqueles bens móveis e imóveis vinculados aos fatos memoráveis e caracterizados pelo seu valor excepcional. Desse modo, a história contada por meio dos patrimônios remetia a um passado de glórias, de grandes acontecimentos históricos e representantes da elite social e econômica. Não é à toa que hoje, quando pensamos em patrimônio histórico, imediatamente nos vêm à cabeça sobrados, fortalezas, palacetes e os monumentos, que registram e perpetuam feitos de grande relevância.

A Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 216, caracteriza patrimônio histórico e cultural como aqueles bens, de natureza material e imaterial que são referências à identidade e à memória dos diferentes grupos que formam a nossa sociedade brasileira. Aconteceu uma importante mudança na definição de patrimônio cultural, que passou a contemplar a diversidade que compõe o nosso estado, o nosso país. E mais, foi introduzido um novo tipo de patrimônio: o imaterial, quando passamos a considerar também os saberes, as celebrações e os modos de expressões. Assim, aqui no Espírito Santo vemos lado a lado o Convento da Penha e o modo de fazer a nossa imbatível Moqueca Capixaba; os casarios de Muqui e o ofício da Paneleiras de Goiabeiras, entre tantos outros...

Esperamos que, com as mudanças da concepção de patrimônio cultural, propostas pela nossa Constituição, a democracia seja fortalecida, possibilitando que todos os grupos, etnias e classes sociais que formam o nosso estado sejam representados na história contada pelo nosso rico patrimônio histórico e cultural capixaba.

No Dia Nacional do Patrimônio Cultural, será que nós capixabas temos motivos para comemorar? Nossos patrimônios culturais estão tendo a devida atenção e cuidados por parte da comunidade e dos poderes públicos? Conservamos nossos monumentos? Nossa arquitetura histórica? Nosso meio ambiente? Nossas celebrações e expressões culturais? Sim, um bom momento para todas estas e outras reflexões. Acredito que preservar é muito mais eficaz que tombar o patrimônio cultural.

No nosso país, e conseqüentemente na nossa capital, não temos uma cultura preservacionista arraigada na sociedade, e que vemos claramente nos países de culturas milenares, portanto, contamos com o tombamento como o passo inicial deste processo. Somos muito carentes, com problemas básicos não resolvidos, como pobreza e falta de escolaridade, e isso limita a possibilidade de desfrutarmos do nosso patrimônio cultural, dando chance às pichações e vandalismos nas peças históricas. Conhecer e preservar o patrimônio histórico e cultural capixaba é muito importante para o fortalecimento da nossa identidade.

Nos tempos da livraria Âncora

MATUSALÉM DIAS DE MOURA

Procurador da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Membro da Academia Espírito-santense de Letras e do Conselho Estadual de Cultura.

Sempre que passo pela estreita rua/ladeira Nestor Gomes, no Centro de Vitória, vem-me à memória uma nostálgica lembrança da antiga Livraria ÂNCORA, a mais completa e a mais frequentada desta Ilha de Nossa Senhora da Vitória nas décadas de 60, 70 e 80 do século passado, sob o comando do afável livreiro Nestor Cinelli. Foi ali, na saudosa Âncora, que conheci muitos dos intelectuais capixabas da época. Entre eles, recordo-me de Nelson Abel de Almeida, Nilo Martins da Cunha, Ruy Côrtes, Adelpho Polli Monjardim, Renato Pacheco, Homero Mafra, Jayme Santos Neves, José Moysés, Rômulo Salles de Sá, Aylton Rocha Bermudes, Alberto Stange Júnior e outros, muitos outros, com os quais edifiquei sólida amizade, tendo com eles muito aprendido do pouco que sei no campo da literatura. Daqueles meus primeiros mestres e ídolos, poucos ainda restam por aqui neste “vale de lágrimas”. Quase todos já subiram rumo ao encontro de Deus, na eternidade.

Intelectuais dos mais diferentes matizes do conhecimento aco-tovelavam-se entre as prateleiras e os balcões da velha livraria à procura de alguma obra do pensamento que lhes dirimisse as dúvidas e incertezas que embaçavam suas andanças pelos longos caminhos da cultura e do saber. Literatos, juristas, professores, cientistas, historiadores, geógrafos, bem como outros intelectuais, todos passavam pela Âncora, às vezes mais de uma vez por dia, à procura do néctar

que lhes desse doçura espiritual para o intelecto, satisfazendo-lhes a ânsia de cultura. Jovens e velhos, estudantes e professores, neófitos e veteranos na arte das belas-letas, lá se encontravam, interagiam entre si e se integravam numa doação recíproca de ensinamentos. Uns aprendiam com os outros.

No fim da década de 1970/início da de 1980, muito jovem ainda, frequentei, diariamente, a ÂNCORA. Ia lá comprar ou encomendar alguns livros e, principalmente, encontrar meus primeiros mestres capixabas na arte literária para uma troca de ideias ou mesmo à procura de aconselhamentos e orientações para minha direção nos caminhos literários. Longos fins de tardes passei entre aquelas prateleiras ou encostado àqueles balcões, folheando livros, lendo-lhes as orelhas, os prefácios e, muitas vezes, ouvindo o professor Nelson Abel de Almeida, o juiz Ruy Cortes, o poeta Elmo Elton, o jornalista Edgard Gomes Feitosa e outros, outros...

Lembro-me de, nessa época, ter participado do lançamento de vários livros de autores conterrâneos que, ainda, nos dias hodiernos, são avidamente lidos e estudados por estudantes e professores. Nesses dias de lançamentos de livros, a loja ficava cheia, buliçosa e festiva, num delicioso e contagiante alarido, com o reencontro de tantos amigos colocando a conversa em dia. A mim me parecia que até os livros conversavam em voz alta com as estantes, tão agradáveis eram aqueles encontros entre pessoas de ideias e pensamentos convergentes ou divergentes. Ah, como eu me embevecia e me encantava ouvindo aqueles mestres-ídolos, luminares da palavra escrita transformada em poesia e ficção, refinada arte literária! E o melhor de tudo é que estavam todos dispostos a transmitir suas experiências aos mais novos, com atenção, carinho e abnegação, incentivando e apontando rumos às novas gerações. Esses encontros valiam como cursos de literatura, seminários, congressos, o que significa dizer que a velha ÂNCORA, além de comerciar livros, era, também, uma respeitada Faculdade de Letras, cujos professores lecionavam de graça e eram os melhores do Espírito Santo. Quantas lições recebi ali de Adelpho Polli Monjardim, Renato Pacheco, Ruy Côrtes, Elmo Elton e tantos outros que respondiam às minhas indagações, ensinando-me o que

eu não sabia e esclarecendo minhas dúvidas! Quantas!... Fui aluno dessa Faculdade.

E mais: A ÂNCORA também foi editora, modesta, mas foi. A História do Espírito Santo, de Maria Stella de Novaes, a coletânea Torta Capixaba (prosa e verso), de vários autores, e Pedro Leppaus: erro judiciário contado ao povo, de Renato Pacheco, vieram a lume com o selo de editora da tradicional Livraria.

Embora a livraria ÂNCORA fosse a mais tradicional, a mais movimentada e preferida dos capixabas, outras também se estabeleceram na rua/ladeira Nestor Gomes. Lembro-me de “A Capixaba”, “A Edição”, “Norbim”, “Logos” e “Cultura Capixaba” (esta, a última que lá funcionou) e que merecem ser lembradas e citadas.

Paneleiras Capixabas

QUITILANE PINHEIRO DOS SANTOS

Professora. Pesquisadora e Escritora.

Mãos que moldam o barro
Extraído da Argila
Da sobrevivência
Da resistência.
Mãos que moldam a criação
Repassado de geração em geração
Vai tomando forma,
A tradição!!!
Do Barro a Panela,
Um artefato
Como bem cultural de natureza imaterial.
Das mãos que moldam...
Tradicional recipiente
Artesanalmente
De iguarias gastronômicas
Das mãos que moldam o barro
Eis o Ofício
Das Paneleiras Capixabas
As mãos que moldam o barro.

Santa Igreja de Nossa Senhora dos Homens Pretos

RODRIGO DANTAS

Professor. Pesquisador e Escritor.

Vê na Cidade Alta marcas da mão escrava
Reza! Por nós, Senhora dos Pretos, rogai!
Meus olhos fracos de mar na escada adentrava...
E para a Virgem dos Rosários, congregai!

Um mulato dominado que à Mãe adorava
Minha piedosa Senhora, abençoi!
As paredes erguidas por quem se acabava...
Lamúrias na Vila Vitória, a ela adorai!

Mais velas, mais preces, mais reza e devoção
Paredes brancas em cal, caos, sequestro santo
Pois dê um salve a Benedito dos degredados.

Caramurus e peroás em contenção,
com estrutura barroca e ossário num canto
Devoto, Sagrado Ódio... Altar que foi fraudado

O Patrimônio Cultural Vitória: relações entre história, cultura e artes

RONY JESUS RIBEIRO

Professor. Pesquisador e Escritor.

Já narrei em outro momento alguns episódios sobre o Junior, um juvenzinho super estudioso e interessado na cultura, história, arte e literatura capixaba. Seus diálogos com sua avó Jô são excelentes e quase uma viagem pelo tempo. É surpreendente o quanto este mocinho aprende da cultura local com as horas dialogando com sua avó Jô na casa dela. Na última pesquisa que Junior fez para sua escola ele tratou de um tema, muitas vezes considerado delicado. Entretanto, subverteu o pensamento de muitos e realizou um estudo sobre a Praia de Camburi e o monumento de representação de Iemanjá que está localizado no píer desta mesma praia.

É inegável a vontade que Junior tem em conhecer mais o estado do Espírito Santo por meio de sua história. Mas, um grande incentivo para este menino em suas incursões pelo universo cultural capixaba é a dona Jô, sua avó. Ela além de ajudá-lo em suas pesquisas escolares, o instiga a estudar e alcançar novas descobertas por meio da leitura. Isso tem o possibilitado a conhecer mais e mais sobre seu povo capixaba e a história deste lindo estado. Desta vez, a pesquisa que sua professora sugeriu é sobre o Patrimônio Cultural de Vitória. Junior ficou cheio de dúvida e não sabia o que pesquisar. Sua confusão mental era tamanha, mas não era por falta do que pesquisar e sim que tema abordaria com uma grande diversidade de coisas in-

interessantes que a cidade tem a ser estudada. Presumindo não fazer a escolha certa do tema de sua pesquisa, não tomou decisão alguma sem antes pensar mais sobre o assunto e também sem antes conversar com sua consultora cultural predileta.

Imagino que vocês já devam saber que é essa consultora a que me refiro? Sim! É isso mesmo! Estou falando da dona Jô, a avó deste jovem estudante do ensino fundamental. Seguiu para sua casa com a cabeça borbulhando de ideias. Mal conseguiu almoçar direito. Comeu rapidamente e não podendo conter o desejo de fazer sua pesquisa da escola, foi logo correndo para a casa da avó pouco antes do fim da rua. Chegando lá pediu sua avó que o ajudasse mais uma vez com o trabalho da escola. Ela entusiasmada quis logo saber do que tratava essa pesquisa. Junior a explicou que sua professora deu uma aula sobre a história e a cultura do Espírito Santo. Ao fim da aula sugeriu que cada aluno fizesse uma pesquisa acerca dos patrimônios culturais de Vitória.

Dona Jô pegou alguns livros que falavam especialmente sobre o Espírito Santo em sua estante e os abriu sobre a mesa. Em seguida, começou falar com seu neto muitas informações das quais precisava para compor em sua pesquisa. A avó iniciou sua conversa falando que Vitória foi fundada no dia 08 de dezembro do ano de 1551. Esta ilha conseguiu conservar seu traçado e muitas características arquitetônicas até início do século XX. Conforme dona Jô, a cidade inevitavelmente foi passando por transformações e mudanças urbanas que fizeram com que o perfil do território urbano fosse tomando uma forma diferenciada por conta de muitos aterros e obras viárias. Disse também que, as grandes mudanças ocorridas na cidade de Vitória não impediram que a cidade conservasse em sua parte central um extenso acervo cultural. Lá estão patrimônios que vão dos séculos XVI ao XX que conservam a memória e a história do povo capixaba.

O menino estava muito atento à narrativa histórica de sua avó que, quase não piscava os olhos. Com tantas perguntas que ele fazia à dona Jô, essa conversa estaria longe de terminar. Ele quis saber sobre os principais pontos turísticos de Vitória. A avó seguiu dizendo que na cidade há aproximadamente 51 pontos culturais e turísticos. Po-

rém, poucos contam com visitas monitoradas. Dentre esses pontos turísticos estão, a Catedral Metropolitana, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o Convento de São Francisco, o Teatro Carlos Gomes e a Capela de Santa Luzia. Dona Jô falou acerca de cada monumento listado, não deixando escapar de suas valiosas memórias as principais informações históricas, artísticas e culturais.

Além dos patrimônios e monumentos listados acima, dona Jô falou com o neto que há em Vitória muitos outros lugares lindos que vale a pena ir conhecer, porém neles não há visita monitorada. Saciando o desejo de seu neto, acrescentou que entre esses demais patrimônios de Vitória estão, a Ilha das Caieiras, a Capela Nossa Senhora das Neves, a Igreja de São Gonçalo, a Basílica de Santo Antônio, o Palácio Anchieta, o Centro Cultural Sesc Glória, o Teatro do Sesi, o Teatro da Ufes, o Museu de Arte do Espírito Santo (MAES), o Museu Capixaba do Negro (Mucane), o Museu do Pescador, o Museu Solar Monjardim, a Casa Porto das Artes Plásticas, o Museu São Benedito do Rosário, a Galeria Homero Massena, o Tancredão, os Casarios Coloniais, o Forte São João, o Viaduto Caramuru.

Depois de citar tanto lugares importantes para os capixabas, quase se esqueceu de alguns. Mas a mente atenta à história de sua cidade natal lhe possibilitou lembrar de lugares importantes como a famosa Escadaria Maria Ortiz, o Mercado São Sebastião, da Escadaria São Diogo, da Escadaria Bárbara Lindenberg, entre outros. Buscando na mente nome de outros patrimônios, descobre que estava se esquecendo também da tradicional a Escola de Teatro, Dança e Música Fafi que há muitos anos oferecendo formação artística e cultural a muitos capixabas gratuitamente.

Achando que o papo já se encerraria ali, Junior insistiu que a avó lhe desse nome de outros patrimônios culturais de Vitória. Atendendo ao pedido do neto, dona Jô folheou os livros que estavam sobre a mesa em busca de mais informações. Enquanto vasculhava aquele monte de livros e conversava com o neto dizendo que na ilha capixaba tinha muitos outros patrimônios culturais materiais e imateriais. O garoto curioso quis saber a distinção entre patrimô-

nio cultural material e imaterial. Sua avó, explicou-o um pouco mais falando sobre as relações antropológicas que atravessam a ideia de materialidade e imaterialidade cultural. Como exemplo disso, citou a tradição passada de mãe para filha das Paneleiras de Goiabeiras e o ritual da confecção das panelas e depois a produção da moqueca e torta capixaba. Da tradição passada de pai para filho na extração do barro usado para fazer as panelas e das cascas usadas para tingir e queimar as mesmas panelas.

Por fim, concluiu seu discurso falando um pouco sobre a função tradicional dos Catraieiros de Vitória. Conforme explicou dona Jô, há registros que comprovem que desde o início do século XVI já havia serviços regulares de travessia da Baía de Vitória por barqueiros. Junior esteve atento o tempo todo em que conversava com dona Jô. Além de gravar os áudios desse profícuo bate-papo cultural, fez muitas anotações. Muitas e muitas folhas de caderno foram preenchidas com informações sobre os patrimônios culturais da tão querida vitorinha. E depois de longas e divertidas conversas sobre a cultura, história e patrimônio capixaba a avó foi para cozinha preparar o lanche da tarde.

Ela estava imensamente feliz não só pelo esforço de Junior, mas também pelo interesse de seu neto em querer saber mais sobre a cultura local. Além dos elogios tecidos ao neto, ela o agraciou com um café fresquinho e uns biscoitos caseiros que só aquelas avós mais corujas sabem fazer. Mas que menino sortudo é esse Junior. Até iria amar ter uma avó assim.

Palácio Anchieta

SÔNIA MARIA BARRETO

Professora e Escritora. Pertence à AFEL.

No início do século XX, a parte mais elevada do centro da cidade de Vitória, conhecida ainda hoje como “Cidade Alta” foi o centro do poder com acolhimento da Catedral Metropolitana, Diocese do Espírito Santo, Assembleia Legislativa, Arquivo Público, Fórum Muniz Freire, Escola Normal Dom Pedro II, Hospital dos Funcionários Públicos, além do mais importante prédio – o Palácio Anchieta, uma das sedes do poder executivo mais antigas do Brasil. No entorno, se instalou por algumas décadas, a Faculdade de Direito ao lado da majestosa Escadaria do Palácio Anchieta, mais tarde denominada Escadaria Bárbara Lindemberg, tão suntuosa quanto o majestoso palácio.

Com sua topografia acidentada, a cidade de Vitória, pontuada por morros sempre se destacou por sua graciosidade:

O centro e o Parque Moscoso eram tidos como áreas nobres e concentravam as residências das pessoas da elite. A Praça Oito de Setembro e a Praça Costa Pereira eram freqüentadas, aos sábados, por jovens da classe média e, aos domingos, pelos jovens das famílias mais ricas, que passeavam nas praças BARRETO (2005, p.60).

A sua história começa em 1551 por obra do missionário jesuíta Afonso Brás para instalar o Colégio Jesuíta ou Colégio dos Padres. Até 1760, o Palácio Anchieta abrigou o Colégio de São Tiago, que ensinava a ler e escrever, além de Filosofia e Teologia. O colégio tam-

bém era a sede administrativa das missões dos jesuítas no Espírito Santo. Já a Igreja de São Tiago servia espiritualmente à sociedade. Com a chegada dos padres Brás Lourenço e José de Anchieta a construção recebeu uma base mais sólida. Anchieta foi um dos personagens mais significativos da ordem jesuíta no Brasil e ficou conhecido pelo trabalho com os nativos da Região Sudeste. O padre José de Anchieta permanece repousando simbolicamente nas suas dependências. Ganhou túmulo construído em 1992 no local onde era o altar-mor da antiga igreja promovendo visibilidade ao missionário da Companhia de Jesus, também conhecido como o apóstolo do Brasil, beatificado em 1980 e canonizado em 2014.

Em meados do século XVIII, por ordem de Dom José, rei português, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias. Como consequência, os bens da ordem foram incorporados ao Governo. Com isso, o colégio é transformado em sede do governo e passou a abrigar, também, vários outros serviços, como o Hospital Militar, o Quartel e a Fazenda. Posteriormente foi residência de governadores da Província e denominado Palácio do Governo do Estado, após a instauração da República em 1889. Em 1860, ainda no regime monárquico teve como hóspedes o Imperador Dom Pedro II e a Imperatriz Dona Teresa Cristina Maria.

Recebeu reformas relevantes no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) e a igreja foi desativada e totalmente descaracterizada. Nesse período, a fachada foi remodelada pelo engenheiro francês Justin Norbert e recebeu diversos elementos em estilo eclético com perfis e diferentes linguagens arquitetônicas. Conserva ainda hoje suas paredes espessas com a intenção de se construir prédios sólidos e duradouros.

No ano de 1945, o governador Jones dos Santos Neves movido pelo zelo ao patrimônio público imprimiu a sua homenagem ao Palácio Anchieta, promovendo reformas, reparos e restaurações, ao que indica que ainda hoje mantém as suas características principais.

A nossa afinidade com o Palácio Anchieta se inicia no período do 2º. mandato do governador Francisco Lacerda de Aguiar (1963 a 1966) época que, como estudante da Escola Normal “Dom Pedro

II” nossa turma fora agraciada com a visitação do Palácio Anchieta, sendo honrosamente recebidas pelo governador do estado. O momento foi de profunda emoção, pois nunca havíamos estado tão próximos de uma autoridade, sobretudo da autoridade máxima do poder executivo que se mostrou deveras simples nos ciceroneando naquela inesquecível visita. Como a referida escola funcionava ao lado do Palácio Anchieta, nem imaginávamos tamanha importância e imponência daquele vizinho!

Percorremos os ambientes que naturalmente, nos foram permitidos e na biblioteca palaciana foi nos mostrado, pelas mãos do próprio governador, um livro de tecido o que particularmente, ficamos ainda mais deslumbradas. Que momento mágico! Apesar da precária tecnologia, como conseguiram imprimir um “livro de pano” naquela época?

Os anos se passaram, e após a última restaura o e aberto   visita o em 2009 (governo Paulo Hartung), retornamos ao Palácio Anchieta. Com a maturidade e sem o “livro de pano”, ficamos com o encantamento das escadas internas, dos móveis, das esculturas, dos relógios, dos lustres, das loucas, dos cristais e de outras peças decorativas harmoniosamente distribuídas e arrumadas com toque de requinte e bom gosto, vistos numa visita guiada.

Na apresenta o do seu interior encontramos a tecnologia instalada valorizando ainda mais o espaço, agora com o charme da modernidade e dos meios midiáticos e comunicacionais. Fotografias, tiradas em diferentes ângulos se projetam – as imagens se apresentam num misto de luzes, sons e cores.

Com a fotografia, a memória ganhou poderosa aliada. Memória visual, pensada e sentida, coletiva ou individual, mas sempre historicamente construída; percebida como uma mensagem composta por sistemas de signos não verbais e individualmente compreendidos por meio de códigos cuja decifra o possibilita a análise de certas a o es humanas socialmente determinadas BARRETO (2007, p.152).

Hoje, podemos afirmar que é um valioso passeio turístico, pois a sua imagem real ou fotográfica é confirmada por Foerste (2004, p. 23) quando nos diz que: “Uma imagem é constituída a partir da significação ou da relação que possa estabelecer com algo representado [...]” seja um período, um fato histórico ou alguma outra representação.

Assim, apresentamos o Palácio Anchieta para aqueles que não o conhecem e também para os que o conhecem. Esse gigante imprime ainda hoje, a sua forte marca de poder delineada por sua suave beleza. Essa representação de outrora deixou marcas no imaginário social daqueles que acompanham e vivenciam a sua história.

Referências

BARRETO, Sônia Maria da Costa. **Construção da imagem da normalista na revista *Vida Capichaba*, no Espírito Santo, nos anos 1920**. 219 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **A fotografia à luz da semiótica**. Academia Feminina Espírito-santense de Letras. Vivências. Brasília: Unique Brasil Gráfica Editora, 2007. 195 p. (150 – 156).

FOERSTE, Gerda Margit Schütz. **Leitura de imagens: um desafio à educação contemporânea**. Vitória: EDUFES, 2004.

COLEÇÃO ESCRITOS DE VITÓRIA

1. Crônicas
2. Contos
3. Fafi
4. Logradouros
5. Porto
6. Parque Moscoso
7. Cinemas
8. Bares, Botequins
9. Igrejas
10. Escolas
11. Mercados e Feiras
12. Paisagem
13. Esportes
14. Vitória do futuro
15. Personalidades de Vitória
16. Movimentos sociais
17. Imprensa
18. Cidade presépio
19. Vitória de todos os ritmos
20. Identidade capixaba
21. Teatro
22. Cine Vídeo
23. Olhar forasteiro
24. Rádio
25. Cidade Sol
26. Cidade Ilha
27. Pontes
28. Vitória: 461 anos
29. Festas Populares
30. Sabores da Ilha
31. Praias
32. Patrimônio Capixaba

